



PROCESSO	00.179.005408/2023-31
INTERESSADO	CATHIS-CAU/SP
ASSUNTO	Relatoria III Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS

DELIBERAÇÃO Nº 48/2023 – CATHIS – CAU/SP

A COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CATHIS – CAU/SP, reunida ordinariamente na sede do CAU/SP e com possibilidade de participação remota pela plataforma Microsoft Teams, no uso das competências que lhe conferem os artigos 91 e 102-B do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o inciso XI do artigo 91 do Regimento Interno do CAU/SP, que dispõe sobre a competência das comissões ordinárias e especiais de “apreciar, cumprir e fazer cumprir a execução das metas previstas nos planos de ação e orçamento [...]”;

Considerando o inciso II do artigo 102-B do mesmo Regimento, que dispõem sobre a competência da CATHIS-CAU/SP de “Sugerir ações de difusão da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, considerando a produção habitacional autogestionária, as melhorias habitacionais em assentamentos humanos, urbanos ou rurais e a defesa de direitos à moradia digna e à cidade e contra remoções forçadas, no âmbito de suas competências”;

Considerando as Deliberações 043/2023 – CATHIS-CAU/SP e 047/2023 – CATHIS-CAU/SP, que aprovam, respectivamente, a proposta de realização e programação final do III Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS;

Considerando a realização do referido evento no dia 24 de novembro de 2023, na sede do CAU/SP, em São Paulo, SP.

DELIBERA POR:

- 1 – Aprovar o documento de relatoria do III Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS, conforme anexo.
- 2 – Encaminhar a presente deliberação à presidência.

Aprovado por unanimidade dos membros presentes.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo-SP, 08 de dezembro de 2023

33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ATHIS - CAU/SP

Híbrida

Folha de Votação

Função	Conselheiro	Votação			
		Sim	Não	Abst.	Ausên.
Coordenadora	Fernanda Simon Cardoso	x			
Coordenadora-Adjunta	Débora Sanches	x			
Membro	André Luis Queiroz Blanco	x			
Membro	Camila Moreno de Camargo	x			
Membro	Carina Costa Correa				x
Suplente no exercício da titularidade	Thais Borges Martins Rodrigues	x			
Membro	Kelly Cristina Magalhães				x
Membro	Maurilio Ribeiro Chiaretti				x
Membro	Renata Fragoso Coradin	x			
Membro	Tatiana Reis Pimenta	x			
Membro	Victor Chinaglia Junior	x			

Histórico da votação:

33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ATHIS - CAU/SP

Data: 08/12/2023

Matéria em votação: Relatoria III Ciclo de Debates Vivenciando ATHIS

Resultado da votação: Sim (08) Não (00) Abstenções (00) Ausências (03), Total (11)

Impedimento/suspeição: -

Ocorrências: -

Condução dos trabalhos: Fernanda Simon Cardoso

Assessoria: Victória Cristina Pedroneiro Machado



Documento assinado eletronicamente por **VICTORIA CRISTINA PEDRONEIRO MACHADO, Assistente Técnico(a)**, em 22/12/2023, às 11:36, conforme Decreto N° 10.543, de 13/11/2020, que regulamenta o art. 5° da Lei N° 14.063, de 23 de setembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do SEI CAU, endereço caubr.gov.br/seicau, utilizando o código CRC **3EDB086D** e informando o identificador **0121513**.

Rua Quinze de Novembro, 194 7º andar | CEP 01013-000 - São Paulo/SP
www.causp.gov.br

00179.005408/2023-31

0121513v10

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro - São Paulo.

Mesa nº e título	Mesa 01 - Política pública de ATHIS e melhorias habitacionais.	
Data:	24/11/2023	horário: 10:10hs às 11:56hs
Mediação:	Fernanda Simon	
Relatoria:	Fernando Botton	
Nº participantes:	Presencial:	Virtual:
Síntese das fala(s) de Abertura da mesa ou do evento	Apesar da Lei de ATHIS ter 15 anos, ainda existe muito desconhecimento. Importante pessoas do Executivo e Legislativo para discutir orçamento e estratégias. Diversos atores para discutir o tema Moradia digna e viver com dignidade	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	Alessandra D'Ávila Ministério das Cidades / Se. Habitação - Correção na biografia - Produção social da moradia. Atualizando a Biografia - Programas de produção social da moradia. Hoje, uma nova configuração institucional. Regularização Fundiária como parte de outras necessidades habitacionais. Guarda-chuva que se chama MCMV. Retomado com alguns propósitos. Lapso de 4anos sem contratação; - Foco em relação para finalizar a carteira; - Pensar na diversificação de modalidades, no âmbito do Minha Casa Minha Vida; - Necessidade de olhar território diverso e adequar programas com diversas configurações urbanas.	

- Atualização da carteira do programa. Inclusão das pessoas em situação de rua como novidade e critérios de atualização social. Em conversas com Direitos Humanos para ver as questões a serem equacionadas;

Meta de 2 milhões de unidades. Em perigo sobre a forma de financiamento habitacional – FGTS. Esperam que seja possível equacionar;

- O FGTS é o que permite focar os subsídios a quem mais precisa;

- Programa MCMV FAR 187.500 uhs / Entidades 28.000 uhs / Rural 30.000 uhs

Subiram a régua com relação a infraestrutura. Infraestrutura entendida como acesso a equipamentos urbanos.

- Excesso de especificações no Programa;

- No slide mostra gráfico de cada modalidade. Um guarda-chuva de estratégia; “Não existe solução simples para problema complexo.” É preciso ter um conjunto de estratégias para a quantidade de soluções territoriais. Diversos atores, diversas formas de atuação.

- A produção social da moradia: quando se atua com movimentos sociais e famílias nas decisões de soluções. Necessidade de assistência técnica para produção habitacional (entidades e rural). MCMV rural está no processo. Mais de 390 milhões de reais para produção autogestionada.

- O programa trabalha com a distribuição pelo déficit. Dispersão das propostas, abrangendo todo o território do país. Um engajamento dos arquitetos e engenheiros por dentro dos programas.

- Melhoria habitacional:

Inadequação. 4x maior que o déficit. Uma inadequação (o que é possível medir) que passa por todas as faixas de renda.

26 milhões de domicílios urbanos inadequados;

12,2 milhões de domicílios urbanos tem inadequação edilícia;

Problema sério de construção e técnicas construtivas no Brasil. É muito caro e difícil o recurso federal chegar na ponta. Uma obra de melhoria habitacional, normalmente customizadas, com uma forma de acompanhamento totalmente diferentes. O grande desafio sempre foi esse.

O programa de regularização e melhorias habitacionais é um avanço.

- Conclusão:

Acesso a financiamento com juros acessíveis;

Fundo garantidor;

	<p>Assistência técnica;</p> <p>Acompanhamento leve e ágil, portanto, digital. Desenvolvimento de aplicativo para um controle de finalidade menos custoso. Uma parceria com o CAU. Assistência técnica como obrigatória e que subsidio chegue de forma segura e acessível.</p> <p>Um instrumento que traga escala por meio de outras políticas públicas;</p>
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	<p>Vanilda Anuniação Pereira</p> <p>Gabinete da Deputada Federal Juliana Cardoso – PT</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importância que o mandato seja enxergado pelo CAU como um parceiro para desenvolvimento de trabalhos e discussão; <p>Desafio de conhecer o Estado de São Paulo – Processo político eleitoral. Conquistar o mandato;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Problematiza sobre o que é esse Estado? Um início de aprendizado. <p>Vida dividida entre o país e o estado.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A pauta da moradia, do direito a cidade, é uma pauta alicerce. Luta pela moradia é a porta de entrada para outras lutas, outras políticas, outros direitos. Esse é um guia do mandato. - Embora o direito à moradia esteja na constituição, sabemos que ainda o desafio de superar o déficit habitacional é enorme. É um direito negado. - Vivemos um momento de expectativa e esperança. Para quem está na atuação política é esperançoso a retomada do MCMV. Assistimos tristemente o MCMV parado, estacionado. - Juliana fez parte na construção do MCMV na câmara. MCMV é importante enquanto em política pública. <p>Um mandato é para ser instrumentalizado, usado para a luta pela moradia. O que entenderem que possa ser instrumentalizado, o mandato está a disposição. A esse serviço nesse compromisso para ampliação e avanço na luta pela moradia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - ATHIS é fundamental. As dificuldades no estado são piores e maiores do que no município. Exemplo de Bertioga sobre a precariedade profunda, se comparado a SP, que não é pouco. - As legislações não chegam. Muitos prefeitos não sabem o que é ATHIS. O mandato pode ser instrumentalizado para isso. O CAU tem muitos materiais que podem contribuir para o acesso a informação. - Quem tem direito de acessar o serviço de um arquiteto? As pessoas não sabem do ATHIS e olham com espanto. O acesso ao serviço e trabalho e arquitetura deveria ser

	<p>para todas as pessoas e classes sociais. A pessoa não tem ideia de que isso é um direito negado na verdade.</p> <p>- É para quem? Quem pode? Muitas cidades, não tem nem plano diretor. A falta de saneamento básico. O trabalho que o CAU apoia de nenhuma casa sem banheiro é importante. É um problema muito latente. Muitas casas não têm banheiro. Vivenciei vários exemplos de casas sem banheiro – da concepção do que é banheiro. Falar de arquitetura não é falar de algo “surreal”.</p> <p>- As pessoas / moradores ficavam constrangidos quando pedíamos para ir no banheiro. O quanto de fato o esforço do conselho, para que a ATHIS tenha concretude, veracidade, ampliado, implementado, fundamental. Faz muita diferença na vida das pessoas. E se em SP é assim, imaginamos como é em outros Estados de SP e no Brasil.</p> <p>- Enquanto andantes pelo estado a fora, o que o CAU puder disponibilizar de material, é importante mostrar. Independentemente de partido e relação política do território. Nossa porta de entrada é o PT ou o movimento social. Mas sabemos que os movimentos fora do estado são diferentes que no município.</p> <p>- O MST tem apoiado muito e porta de entrada. Esforço de falar também com prefeitos e prefeitas na visita das cidades. Existe uma Associação de prefeitas e vice-prefeitas do Estado de SP. Uma associação de mulheres. Importante como porta de entrada para conversar com o poder público.</p> <p>- Se propõe a ser um parceiro de diálogo para implementação de uma legislação que é Federal.</p>
<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes</p>	<p>André Delfino da Silva</p> <p>MDF – Movimento de Defesa dos Favelados</p> <p>Muito calor nessa onda de calor? Muito calor né. Estou sem dormir em todo esse momento. Moro na favela de Vila Prudente. Esperando a diminuição da temperatura chegue no quarto.</p> <p>Falar que o investimento de ATHIS não é só necessário, ele é urgente. Olhem as mudanças climáticas. Eu falo do calor como uma experiência, e na favela todo mundo para para pensar. “Pintar as casas de branco como em Mikonos na Grécia.”</p> <p>- A gente constrói juntinho porque é necessidade, e não porque a gente se gosta muito.</p> <p>- Importante fomentar o debate e mostrar as experiências práticas. Importante para a vida das pessoas. Não só pelo déficit habitacional. Estamos falando de garantia da</p>

	<p>vida. Fundamental fomentar para que se torne uma política pública para todas, todos e todes. O movimento sempre olhou para programas de habitação em favelas, mas experiências que acompanharam para que famílias acessassem assessoria técnica. Outra experiência é a da favela do Haiti com a Escola da Cidade. Da “ponte para cá” é um direito que é impensável para quem está do “lado de lá.” A favela do Haiti é um caso assim. O rio a gente só lembra quando chove. O tipo de construção, tem a ver com o aquecimento climático. Se tivesse ATHIS há 25 anos atrás, não estaria passando todo esse calor com certeza.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existe uma dificuldade desafiadora de fazer uma conversa com as famílias. A gente não tem dinheiro para implementar as obras. Ninguém quer trabalhar de graça, mas é preciso de fundos do estado, município ou governo federal. - O PAC favelas foi importante. Mas com política de construção de novas unidades. Pensar num programa sério sem financiamento público, não tem escala. O CAU não tem perna para fomentar. Como disse Paulo Freire, temos que “discutir o óbvio”. - As condições de habitabilidade, continua na mesma precariedade. ATHIS é fundamental para isso e o gargalo é o dinheiro. Não existe um quadro específico como assessorias técnicas dentro dos programas, nos processos de reforma, de adequação. - A gente só fala em área de risco no momento de tragédia. E a resolução e o auxílio aluguel. Por parte das famílias, não é só a melhoria das casas, mas do espaço. Fomentar para ganhar escala nessa quantidade de ideia e iniciativa. Sem política pública que garanta orçamento, voltaremos no IV e discutiremos os mesmos problemas.
<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes</p>	<p>Antônio Couto Nunes Representando o CAU-BR</p> <ul style="list-style-type: none"> - Complementações de falas, resumindo os dados que o CAU vem trabalhando. Importância de ter política pública estruturada. - Não é papel do CAU, fomentar política de ATHIS, mas existe uma responsabilidade social. - O CAU tem feito muita coisa, mas ainda é muito pouco. Sem fomento de política pública, não teremos avanço. - A carência no Norte e Nordeste são complicadas. Mas existe quantidades imensas no Sudeste também. A carência edilícia (casa sem banheiro, sem cobertura

	<p>adequada, quentes, etc.), quanto precisaríamos investir. \$ milhões de pessoas vivendo em áreas de risco.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reforça o papel das mulheres e a necessidade de direcionar a fala. <p>“Moradia é o início de tudo”. Utilizando a ODS como instrumento para avançar nisso. A questão da saúde também é bem importante. Investir em moradia, também é investir em saúde. “Não gastar em saúde, mas investir em política habitacional.”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover a arquitetura e urbanismo para todos. <p>Fomentos do CAU desde 2015 e nesse momento é de análise. Para ver como avançaram. Parceria com Ministérios, para entender os recortes e políticas transversais. Um trabalho de forma integrada. As ações do conselho estão sendo reconhecidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A melhoria habitacional também é demanda do meio ambiente. - ATHIS é resiliência. Como a assistência técnica pode apoiar nesses territórios. <p>Justificativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importância dos dados acessíveis e disponíveis. - A ideia é ter um observatório com informações, ações patrocinadas pelo CAU, para facilitar as informações. - Repositório das informações. Com Mapas georreferenciados, com as estruturas do CAU BR e dos Estados também. Apresentação do Mapa que está sendo produzido e para ser colocado no ar até final do ano. - Entidades podem fazer cadastros e ter informações a editais. Utilizar efetivamente como tomada de decisões.
<p>Considerações Finais</p>	<p>Inscrições do público:</p> <p>Francisco Barros</p> <p>Cooperativa dos trabalhadores</p> <p>MST</p> <p>Depoimento: MST tem 30 entidades excluídas no Brasil inteiro do MCMV rural, por conta do sistema da Caixa. Existe uma desconexão entre teoria e prática.</p> <p>Na prática o MCMV não tem ATHIS. Porque para ter aprovado na caixa, tem que ter já um projeto desenvolvido. As dissociações inviabilizam. O sistema é uma inteligência artificial não inclusiva. No território rural não tem internet. Como viabilizar um programa pela internet que as pessoas não conseguem usar.</p>

Precisa ter um projeto específico de ATHIS. Porque senão não haverá habitação com participação popular.

Como resolvemos isso para a política nacional? O Direito FNIS.

Necessidade em fazer um evento nacional para discussão do tema. E isso é papel do governo.

Viviane Rubbio

Conselheira suplente CATHIS

Apelo para o novo governo que está preocupado com habitação. Não existe política nacional de habitação integrada. Com definição de recursos e ações que vão do grande ao pequeno. Se não houver isso, não avançaremos.

Reanimar a política habitacional para não enxugar gelo.

A precariedade não será enfrentada se não tivermos pulso firme.

Respostas:

Alessandra

O sistema precisa de aprimoramentos, mas existe avanço.

4000 unidades inscritas no rural.

Existiram tempos para recurso.

Desmobilização da base na parte formal.

Existiu um limite de desburocratização alto.

Não é a única seleção. Importante as entidades organizarem as documentações para a próxima.

Processo sempre possível de melhor e ser questionado.

ATHIS sem financiamento, a intervenção propriamente dita não acontece. Acontece um destrato dos contratos. O problema é como está estruturado o orçamento federal. Discussão sobre o planejamento e o projeto. Problema de base na configuração da política pública. O tecnicismo é o que se enfrenta quando deve-se contratar uma política pública.

Seminários e manifestos são fundamentais. O CAU é um apoiador e responsável pelas discussões das melhorias habitacionais. Mover uma agenda nacional não é simples. O CAU é um dos responsáveis por colocar uma discussão na agenda nacional.

Precariedade é generalizada realmente.

	<p>Necessidade de ter ações em escala. E o MCMV é um modelo, apesar dos problemas. Os projetos pilotos não dão resposta.</p> <p>Vanilda</p> <p>Colocar na agenda do governo, apesar de desafiador, muito necessário.</p> <p>Sobre a sugestão para Seminário nacional e debate sobre política nacional, o mandato pode ser uma voz para pautar essa agenda para o nosso governo.</p> <p>André</p> <p>Exercício para além da moradia. Morar com dignidade.</p> <p>Moradia precisa estar no meio do discurso.</p> <p>Olhar da favela a partir da bicicleta.</p> <p>Coleta do resíduo orgânico das famílias. Parceria com horta comunitária e construção de composteiras termofílicas. Isso tudo é importante para discussão da moradia.</p> <p>Mulher no centro do debate.</p> <p>Pensar formas articuladas para intervenção nos bairros. Porque não tem ATHIS é porque não tem fomento. O Direito é real, possível e concreto e podemos ser parte desse direito.</p> <p>Mudar o governo conseguimos. Agora precisamos discutir internamente.</p> <p>Antonio</p> <p>Avaliar onde o CAU está.</p> <p>O ponto importante é sobre a conscientização do problema. Como pensaremos a política pública, pensada entre diferentes atores. Os problemas habitacionais não estão somente nas grandes cidades.</p> <p>O CAU oferece recurso dentro das condições.</p>
Observações	

São Paulo, 24 de novembro de 2023

Nome do Relator(a):

Fernando Botton

CAU_A 37428-8

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro - São Paulo.

Mesa nº e título	Mesa II - Residência Técnica em ATHIS - experiências com fomento do CAU/SP	
Data:	24/11/2023	horário: 11:30 às 13h
Mediação:	Camila Moreno	
Relatoria:	Ana Lúcia Cerávolo	

Nº participantes:	Presencial: cerca de 40 pessoas	Virtual: verificar
Síntese das fala(s) de Abertura da mesa ou do evento	<p>A mesa 2 do evento foi dedicada às experiências de Residência Técnica fomentadas pelo CAU/SP. Primeiramente a mesa foi composta por:</p> <p>Celso Aparecido Sampaio: Arquiteto e Urbanista, docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi diretor do IAB SP. Foi Diretor de Habitação da Prefeitura de Santo André e Gerente de projetos da COHAB/SP.</p> <p>Luis Octávio de Faria e Silva: professor adjunto no Curso de Arquitetura e Urbanismo e da pós-Graduação da Universidade São Judas Tadeu. Pesquisador do Grupo Anima e Professor Colaborador e coordenador da pós-graduação da Escola da Cidade.</p> <p>Lais Granado: Arquiteta e Urbanista, Coordenadora do Grupo de Trabalho em ATHIS sediado no Instituto ProComum. É membro do Conselho de Habitação de Santos e do Conselho Executivo do SASP.</p> <p>Ângela Gordilho Souza: Arquiteta e Urbanismo, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Será a debatedora da mesa.</p> <p>Ana Lúcia Cerávolo: Arquiteta e Urbanista, mestre, doutora e pós-doutora pelo IAU USP, coordenadora da Comissão de Ensino e Formação do CAU/SP.</p> <p>Na sequência houve o relato por Ana Lúcia Cerávolo sobre a aprovação de bolsas no CAU/BR para o desenvolvimento de um projeto piloto de Residência Técnica junto à Prefeitura de São Paulo em 2024.</p> <p>Camila Moreno conclui a apresentação da mesa destacando que as três primeiras experiências de Residência Técnica fomentadas pelo CAU/SP foram em ATHIS. Assim, deu-se início às apresentações.</p>	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	<p>O primeiro a apresentar foi o Prof. Celso Sampaio, representando a Universidade Presbiteriana Mackenzie, que relatou a experiência de Residência Técnica que envolveu também a Prefeitura de Taboá da Serra.</p> <p>Destacou que a Universidade tem 20 anos de experiência com atividades de extensão, por meio do Mosaíco, escritório modelo, em bairros vulneráveis na cidade de SP.</p> <p>A parceria com a Prefeitura de Taboão da Serra tem início com um acordo de cooperação, firmado em setembro de 2022, para promover um intercâmbio acadêmico, científico e cultural. O Edital 006/2022 foi uma oportunidade para captação de recursos, oportunizando o acordo de cooperação com a Prefeitura de Taboão e montar uma primeira experiência de Residência Técnica. O trabalho foi organizado em dois momentos, o teórico e o prático. Os estudantes não receberam bolsas, mas uma ajuda de custo para atuação no território. O curso contou com 4 módulos, na primeira etapa; e uma segunda foi dedicada à imersão no território.</p> <p>O projeto de Residência Técnica foi realizado na Favela Jardim Trianon. Antes de iniciá-lo houve uma fase de preparação para o curso, seleção dos residentes e contratação do coordenador de campo. O módulo 01 – gestão pública – foi desenhado em conjunto com a Prefeitura; o módulo 02 foi dedicado à legislação e políticas públicas e o Módulo 3 a ATHIS, ambos com conteúdos teóricos e atividades práticas no território. O módulo 04 foi o prático, voltado à realização dos diagnósticos de residências e a sistematização dos levantamentos. Após, os levantamentos urbanos e das unidades (42 duas casas que foram inscritas pelos moradores) também foram feitos outros levantamentos que a Prefeitura de Taboão não dispunha.</p>	

O apresentador indica os desafios para a reedição do edital de Residência: superada a concessão de bolsas, questão fundamental para a realização de uma especialização para profissionais, é necessário ampliar a participação de entidades nos debates internos no CAU/SP, melhorando a interlocução entre os participantes nos editais e as demandas do próprio Conselho. Outro item destacado foi a flexibilização da prestação de contas, que é bastante rígida. Pelos Municípios, é necessário a regulamentação de um programa de Athis no território, com escritórios técnicos nos bairros que necessitam de assistência técnica e a previsão de recursos próprios no orçamento. Em relação às organizações da sociedade civil (OSC) é fundamental avançar em cursos de especialização, com coordenação e equipe definida. Por fim, apresenta o livro com reflexões sobre a experiência que já está disponível gratuitamente por meio de link na internet com os resultados da Residência Técnica em Taboão.

Escola da Cidade - Luis Octávio de Faria e Silva

O projeto de Residência Técnica foi abrigado no Curso de Especialização Lato Sensu Habitação e Cidade – edição 2023, que já existia e foi adequado à nova formatação. Os residentes não pagaram a especialização em função do fomento do CAU/SP, no entanto, não tiveram bolsas, o que certamente é uma questão que limita a amplitude da formação.

O projeto foi realizado junto a Favela do Haiti, na Vila Prudente, em SP (cerca de 300 famílias). Participaram arquitetos e assistentes sociais, além de lideranças populares e locais. Destaca o agradecimento às famílias que participaram e ao Padre Assis, que viabilizou a entrada inicial na comunidade.

As aproximações se deram a partir da organização dinâmicas como cafés da manhã e almoços na comunidade. Das cerca de 300 famílias que vivem na comunidade, estima-se que o projeto teve a participação direta ou indireta de 100 famílias.

O curso foi organizado em 4 ciclos, que englobam etapas teóricas, atividades práticas e sistematização das informações. O ciclo 1 foi dedicado à cidade e o papel dos movimentos sociais, neste momento, os residentes tiveram a oportunidade de escutar as pessoas da Favela do Haiti e vivenciar o lugar. O ciclo 2 discutiu o ensino popular do planejamento urbano em oposição ao planejamento de cabina. Foram iniciados nessa etapa o diagnóstico com desenho de cenários a partir de diagnósticos da própria comunidade. O tema do 3º ciclo foi o desenvolvimento de projetos habitacionais em contextos urbanos consolidados. Desenvolve-se uma dinâmica denominada “Charrete” para acelerar a tomada de decisões. O 4º ciclo priorizou a aproximação com técnicas construtivas alternativas como reconhecimento cultural e físico das práticas populares, convergindo preocupações sociais e ambientais. Nessa etapa de finalização do curso, aprofundou-se as possibilidades de cenários identificados. Por fim, estamos no momento de balanço do trabalho com a organização de uma exposição e discussão do percurso realizado. Todo o material está acolhido numa plataforma e em publicação.

O curso fortaleceu a especialização em ATHIS. Num primeiro momento, pensava-se ATHIS como melhoria habitacional e ao longo do trabalho se verificou a necessidade de inserção do planejamento urbano, sobretudo, para regularização da área e dos imóveis.

Para concluir, um dos gargalos é a necessidade de apoio aos estudantes em tempo integral, embora o curso tenha sido gratuito. Visando a compreensão da experiência,

verificou-se a potência da assistência técnica além das unidades habitacionais, e no caso, expansível ao planejamento urbano, solucionando a contaminação do território e a regularização da área. Necessidade de acordos mais precisos com os participantes para evitar confusões entre os envolvidos, devido aos vários tempos simultâneos e não coincidentes. Pretende-se manter o foco em ATHIS para a nova edição do curso.

Instituto ProComum – Lais Granado

O processo na Baixada Santista foi um pouco diferente, pois há um grupo de arquitetos que atuam na assistência técnica, em Santos, desde 2004, quando foi promulgada a lei que regulamenta ATHIS, anterior a Lei Federal, que exige a atuação de técnicos especializados. O projeto de formação nos moldes de Residência Técnica se viabilizou como curso de extensão, por meio da parceria entre a OSC Procomum e a UNIFESP. Foi acolhido no Curso de Serviço Social, uma vez que não houve sucesso junto às faculdades de Arquitetura e Urbanismo. O curso foi coordenado pelas professoras da UNIFESP Tânia Diniz e Sônia Nozabelli, ambas assistentes sociais. O curso teve muitos assistentes sociais, arquitetos e urbanistas, moradores e lideranças de comunidades, entre outros profissionais, como gestores públicos, engenheiro, juíza e advogada popular. O grupo diverso propiciou ricos debates tanto na academia durante as discussões teóricas quanto nas atividades nas comunidades. Alguns residentes não conseguiram concluir o curso devido à falta de apoio financeiro e a ausência de bolsas.

O curso ocorreu de março a novembro de 2023, cada encontro teve a duração de 8 horas. Teve módulos teóricos, que aconteciam aos sábados, no período da manhã na UNIFESP, e módulos práticos, ministrados no período da tarde. Um domingo por mês aconteceram visitas guiadas a territórios do Estado de SP para troca de experiências com outras equipes de assistência técnica. Destaca-se ainda o caráter elitista da formação do arquiteto e urbanista e a necessidade das atividades extensionistas para entrar em contato com as cidades reais e suas necessidades.

O projeto foi desenvolvido em 5 territórios distintos, caracterizados como assentamentos precários na Baixada Santista. Os alunos foram divididos em 5 grupos que atuaram junto às populações da Ocupação Bela Vista (encosta de morro), Cortiços (casarões em Santos no centro e próximos à bacia do Mercado), Vila dos Pescadores (assentada sobre um aterro sanitário), Vila Margarida e México 70 (comunidade com casas em palafitas) e o Movimento Pró Moradia Sítio do Campo, em Praia Grande. Houve a oportunidade de atuar sobre diferentes situações de assentamentos: área portuária, cortiços, ocupações e favela. Destacou-se a relevância da formação dos servidores públicos e o envolvimento dos profissionais em conselhos municipais. Apontou a necessidade de políticas públicas estruturadas, sendo necessária a criação de secretarias de habitação em todos os municípios. Na Baixada Santista, as cidades de Santos e Peruíbe não possuem secretarias específicas.

O curso foi baseado na educação popular e na pedagogia Paulo Freire, com dinâmicas que incorporavam as comunidades, foi dividido em 4 módulos. O 1º módulo foi presencial e dedicado aos campos de atuação na Baixada Santista frente aos diferentes contextos de assentamentos precários. O módulo 2, online, foi uma introdução à Habitação de Interesse Social. O módulo 3 abordou os estudos aplicados em ATHIS e aconteceu de forma presencial, paralelamente ao módulo 2. O

	<p>último módulo, o 4º, foi voltado às políticas públicas, financiamento e agentes da política habitacional de interesse social e levantamentos, cartilhas e projetos: consolidação dos produtos e sensibilização do poder público.</p> <p>O Curso contou com a colaboração de docentes especializados. Os residentes foram divididos em 5 grupos de trabalho. O contato com as populações locais permitiu o levantamento das comunidades e o diagnóstico das necessidades de cada um dos estudos de caso. Os trabalhos envolvem regularização fundiária, planejamento e organização das comunidades, além de projetos de drenagem. Como resultados obteve-se: o grupo que atuou na Vila do Criadores realizou um documentário sobre o direito de (r)existir. O grupo da Vila Margarido e México 70 formatou um curso de formação popular sobre inundações e alagamentos. O grupo que trabalho na Comunidade Bela Vista deu continuidade ao trabalho que tem sido feito para regularização da posse da área pela comunidade, consolidaram a associação que vinha se formando e criaram uma logomarca, discutiram nomes de ruas com os moradores e desenvolveram um projeto de escada hidráulica. No grupo que trabalhou os cortiços, o principal resultado foi a identificação e mapeamentos dos imóveis vazios, fizeram ainda oficinas para escuta e desenvolveram um projeto com as mulheres dos cortiços. E o último grupo, foi o que trabalhou com Movimento Pró Moradia Sítio do Campo, cuja principal ação foi de fortalecimento comunitário e registro da memória da comunidade, entre outras ações que englobaram uma cartilha sobre incêndio e rotas de fuga.</p>
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	<p>Debatedora - Ângela Gordilho (UFBA)</p> <p>É uma satisfação ver 3 experiências em residência técnica, que não começaram do zero, nasceram de experiências das próprias instituições. A Lei Federal de 2008 foi fundamental para levar a assistência técnica para as universidades, uma vez que é necessário promover a formação.</p> <p>O nome Residência é um nome fantasia porque ainda não está regulamentada. A residência na Bahia surgiu como âncora, para que a universidade assumisse sua função social, de formar e ampliar a escala de profissionais associada ao Sistema Nacional de Habitação, chegando na escala do SUS, por exemplo.</p> <p>O momento que estamos vivendo é fundamental pelo envolvimento com a sociedade, as universidades, o CAU e as OSC, assim como, a presença de escritórios modelos e laboratórios de pesquisas.</p> <p>Na Bahia já foram trabalhados 30 territórios, mais de cem profissionais, docentes, ou seja, estamos preparando o caminho para a implantação de um programa nacional de habitação, constituindo uma cultura.</p> <p>Não posso deixar de pontuar os próximos passos: é necessário para ATHIS recursos próprios e independência para a atuação junto à população, sem os fatores políticos e burocráticos, criando um Fundo de ATHIS permanente com recursos de TACs , desastres ambientais e situações de crises ou outras fontes de recursos, dentro do Fundo de Habitação.</p>
<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou</p>	<p>- Renato</p> <p>Ressaltar a importância ou não de ter uma legislação local de ATHIS e a presença de recursos permanentes.</p> <p>- Chico</p>

contribuições dos participantes	<p>Primeira questão, como está em Brasília a articulação entre Ministério da Educação e Congresso Nacional? E como foi enfrentado o desafio da produção habitacional nas experiências de residência realizada? E como está a situação dos canteiros públicos? ***</p> <p>Respostas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ângela Gordilho Diálogo difícil com os ministérios, o MEC está muito atrasado; A produtividade e a produção material está muito bem, é um sucesso. Nosso trabalho na universidade está vinculado à tecnologia social e a educação da comunidade. Esta parte tem progredido bem, mas para a inserção dos residentes na assessoria é necessário políticas públicas, que não estejam sujeitas às gestões, mas sejam Políticas de Estado. 2. Laís: em relação aos canteiros, este é o nosso grande gargalo. Nos nossos canteiros participa um pedagogo e um mestre de obra que educam a população. Os residentes estão participando de projetos de ATHIS, mas faltam os recursos para concretização das propostas. Câmara técnica no judiciário liderada por uma juíza que foi capacitada no curso fomentado pelo CAU/SP. 3. Luís: em relação ao Haiti, os desafios estavam na elaboração de um plano, em que houve resistência, inclusive com a reconstrução de moradias sem um planejamento mais amplo. 4. Celso: durante a gestão Haddad foram concebidos os escritórios técnicos e sua inserção às comunidades que necessitam. E destaco novamente a necessidade de rubricas e orçamento próprio. O Curso de extensão teve a participação de arquitetos e urbanistas (15), estudantes (7), servidores públicos da Prefeitura de Taboão (10), e agentes da comunidade. Muitas das experiências anteriores colaboraram para a experiência do Mackenzie, ou seja, é uma continuidade. 5. POD CAST Prefeitura Municipal de Chapecó. Não precisa de uma lei de ATHIS, mas sim o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HIS.
Considerações Finais	<p>Participaram dos cursos de formação 60 técnicos, arquitetos e urbanistas, além de outros profissionais, agentes públicos e lideranças comunitárias, que participaram das 3 experiências. A melhor aplicação dos recursos do CAU/SP é a formação para ampliação da demanda. Os editais de Residência Técnica enfatizam o papel do Conselho de valorização da profissão.</p> <p>Destaca-se ainda que o CAU/BR aprovou a aplicação 3% para ATHIS e está aprovado no orçamento de 2024, do CAU/SP, 5% do recurso para a CATHIS. E no CAU/SP a CATHIS inicia como comissão ordinária, com direito a voz.</p> <p>Por fim, salienta-se que durante o evento ocorreu uma exposição no térreo da sede, mostrando as atividades das 3 propostas de Residência Técnica, projeções e resultados. Foram também organizadas pelo CAU/SP três visitas técnicas: a primeira à Favela Haiti; a segunda na Ocupação Anchieta, em Santos, e a última, é ao Núcleo Trianon, em Taboão da Serra.</p>
Observações	<p>A mesa começou com atraso de cerca de meia hora.</p>

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cerávo', with a large, stylized initial 'C'.

São Paulo, 24 de novembro de 2023.

ANA LÚCIA CERÁVOLO
Conselheira titular CAU/SP
Coordenadora da CEF CAU/SP

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro - São Paulo.

Mesa nº e título	Mesa II - Residência Técnica em ATHIS - experiências com fomento do CAU/SP	
Data:	24/11/2023	horário: 11:30 às 13h
Mediação:	Camila Moreno	
Relatoria:	Ana Lúcia Cerávolo	
Nº participantes:	Presencial: cerca de 40 pessoas	Virtual: verificar
Síntese das fala(s) de Abertura da mesa ou do evento	<p>A mesa 2 do evento foi dedicada às experiências de Residência Técnica fomentadas pelo CAU/SP. Primeiramente a mesa foi composta por:</p> <p>Celso Aparecido Sampaio: Arquiteto e Urbanista, docente na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi diretor do IAB SP. Foi Diretor de Habitação da Prefeitura de Santo André e Gerente de projetos da COHAB/SP.</p> <p>Luis Octávio de Faria e Silva: professor adjunto no Curso de Arquitetura e Urbanismo e da pós-Graduação da Universidade São Judas Tadeu. Pesquisador do Grupo Anima e Professor Colaborador e coordenador da pós-graduação da Escola da Cidade.</p> <p>Lais Granado: Arquiteta e Urbanista, Coordenadora do Grupo de Trabalho em ATHIS sediado no Instituto ProComum. É membro do Conselho de Habitação de Santos e do Conselho Executivo do SASP.</p> <p>Ângela Gordilho Souza: Arquiteta e Urbanismo, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Será a debatedora da mesa.</p> <p>Ana Lúcia Cerávolo: Arquiteta e Urbanista, mestre, doutora e pós-doutora pelo IAU USP, coordenadora da Comissão de Ensino e Formação do CAU/SP.</p> <p>Na sequência houve o relato por Ana Lúcia Cerávolo sobre a aprovação de bolsas no CAU/BR para o desenvolvimento de um projeto piloto de Residência Técnica junto à Prefeitura de São Paulo em 2024.</p> <p>Camila Moreno conclui a apresentação da mesa destacando que as três primeiras experiências de Residência Técnica fomentadas pelo CAU/SP foram em ATHIS. Assim, deu-se início às apresentações.</p>	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	<p>O primeiro a apresentar foi o Prof. Celso Sampaio, representando a Universidade Presbiteriana Mackenzie, que relatou a experiência de Residência Técnica que envolveu também a Prefeitura de Taboão da Serra.</p> <p>Destacou que a Universidade tem 20 anos de experiência com atividades de extensão, por meio do Mosaíco, escritório modelo, em bairros vulneráveis na cidade de SP.</p> <p>A parceria com a Prefeitura de Taboão da Serra tem início com um acordo de cooperação, firmado em setembro de 2022, para promover um intercâmbio acadêmico, científico e cultural. O Edital 006/2022 foi uma oportunidade para</p>	

captação de recursos, oportunizando o acordo de cooperação com a Prefeitura de Taboão e montar uma primeira experiência de Residência Técnica. O trabalho foi organizado em dois momentos, o teórico e o prático. Os estudantes não receberam bolsas, mas uma ajuda de custo para atuação no território. O curso contou com 4 módulos, na primeira etapa; e uma segunda foi dedicada à imersão no território. O projeto de Residência Técnica foi realizado na Favela Jardim Trianon. Antes de iniciá-lo houve uma fase de preparação para o curso, seleção dos residentes e contratação do coordenador de campo. O módulo 01 – gestão pública – foi desenhado em conjunto com a Prefeitura; o módulo 02 foi dedicado à legislação e políticas públicas e o Módulo 3 a ATHIS, ambos com conteúdos teóricos e atividades práticas no território. O módulo 04 foi o prático, voltado à realização dos diagnósticos de residências e a sistematização dos levantamentos. Após, os levantamentos urbanos e das unidades (42 duas casas que foram inscritas pelos moradores) também foram feitos outros levantamentos que a Prefeitura de Taboão não dispunha.

O apresentador indica os desafios para a reedição do edital de Residência: superada a concessão de bolsas, questão fundamental para a realização de uma especialização para profissionais, é necessário ampliar a participação de entidades nos debates internos no CAU/SP, melhorando a interlocução entre os participantes nos editais e as demandas do próprio Conselho. Outro item destacado foi a flexibilização da prestação de contas, que é bastante rígida. Pelos Municípios, é necessário a regulamentação de um programa de Athis no território, com escritórios técnicos nos bairros que necessitam de assistência técnica e a previsão de recursos próprios no orçamento. Em relação às organizações da sociedade civil (OSC) é fundamental avançar em cursos de especialização, com coordenação e equipe definida.

Por fim, apresenta o livro com reflexões sobre a experiência que já está disponível gratuitamente por meio de link na internet com os resultados da Residência Técnica em Taboão.

Escola da Cidade - Luis Octávio de Faria e Silva

O projeto de Residência Técnica foi abrigado no Curso de Especialização Lato Sensu Habitação e Cidade – edição 2023, que já existia e foi adequado à nova formatação. Os residentes não pagaram a especialização em função do fomento do CAU/SP, no entanto, não tiveram bolsas, o que certamente é uma questão que limita a amplitude da formação.

O projeto foi realizado junto a Favela do Haiti, na Vila Prudente, em SP (cerca de 300 famílias). Participaram arquitetos e assistentes sociais, além de lideranças populares e locais. Destaca o agradecimento às famílias que participaram e ao Padre Assis, que viabilizou a entrada inicial na comunidade.

As aproximações se deram a partir da organização dinâmicas como cafés da manhã e almoços na comunidade. Das cerca de 300 famílias que vivem na comunidade, estima-se que o projeto teve a participação direta ou indireta de 100 famílias.

O curso foi organizado em 4 ciclos, que englobam etapas teóricas, atividades práticas e sistematização das informações. O ciclo 1 foi dedicado à cidade e o papel dos movimentos sociais, neste momento, os residentes tiveram a oportunidade de escutar as pessoas da Favela do Haiti e vivenciar o lugar. O ciclo 2 discutiu o ensino popular do planejamento urbano em oposição ao planejamento de cabina. Foram iniciados nessa etapa o diagnóstico com desenho de cenários a partir de diagnósticos da própria comunidade. O tema do 3º ciclo foi o desenvolvimento de projetos habitacionais em contextos urbanos consolidados. Desenvolve-se uma dinâmica denominada “Charrete” para acelerar a tomada de decisões. O 4º ciclo priorizou a

aproximação com técnicas construtivas alternativas como reconhecimento cultural e físico das práticas populares, convergindo preocupações sociais e ambientais. Nessa etapa de finalização do curso, aprofundou-se as possibilidades de cenários identificados. Por fim, estamos no momento de balanço do trabalho com a organização de uma exposição e discussão do percurso realizado. Todo o material está acolhido numa plataforma e em publicação.

O curso fortaleceu a especialização em ATHIS. Num primeiro momento, pensava-se ATHIS como melhoria habitacional e ao longo do trabalho se verificou a necessidade de inserção do planejamento urbano, sobretudo, para regularização da área e dos imóveis.

Para concluir, um dos gargalos é a necessidade de apoio aos estudantes em tempo integral, embora o curso tenha sido gratuito. Visando a compreensão da experiência, verificou-se a potência da assistência técnica além das unidades habitacionais, e no caso, expansível ao planejamento urbano, solucionando a contaminação do território e a regularização da área. Necessidade de acordos mais precisos com os participantes para evitar confusões entre os envolvidos, devido aos vários tempos simultâneos e não coincidentes. Pretende-se manter o foco em ATHIS para a nova edição do curso.

Instituto ProComum – Lais Granado

O processo na Baixada Santista foi um pouco diferente, pois há um grupo de arquitetos que atuam na assistência técnica, em Santos, desde 2004, quando foi promulgada a lei que regulamenta ATHIS, anterior a Lei Federal, que exige a atuação de técnicos especializados. O projeto de formação nos moldes de Residência Técnica se viabilizou como curso de extensão, por meio da parceria entre a OSC Procomum e a UNIFESP. Foi acolhido no Curso de Serviço Social, uma vez que não houve sucesso junto às faculdades de Arquitetura e Urbanismo. O curso foi coordenado pelas professoras da UNIFESP Tânia Diniz e Sônia Nozabelli, ambas assistentes sociais. O curso teve muitos assistentes sociais, arquitetos e urbanistas, moradores e lideranças de comunidades, entre outros profissionais, como gestores públicos, engenheiro, juíza e advogada popular. O grupo diverso propiciou ricos debates tanto na academia durante as discussões teóricas quanto nas atividades nas comunidades. Alguns residentes não conseguiram concluir o curso devido à falta de apoio financeiro e a ausência de bolsas.

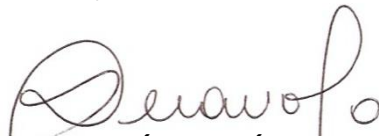
O curso ocorreu de março a novembro de 2023, cada encontro teve a duração de 8 horas. Teve módulos teóricos, que aconteciam aos sábados, no período da manhã na UNIFESP, e módulos práticos, ministrados no período da tarde. Um domingo por mês aconteceram visitas guiadas a territórios do Estado de SP para troca de experiências com outras equipes de assistência técnica. Destaca-se ainda o caráter elitista da formação do arquiteto e urbanista e a necessidade das atividades extensionistas para entrar em contato com as cidades reais e suas necessidades.

O projeto foi desenvolvido em 5 territórios distintos, caracterizados como assentamentos precários na Baixada Santista. Os alunos foram divididos em 5 grupos que atuaram junto às populações da Ocupação Bela Vista (encosta de morro), Cortiços (casarões em Santos no centro e próximos à bacia do Mercado), Vila dos Pescadores (assentada sobre um aterro sanitário), Vila Margarida e México 70 (comunidade com casas em palafitas) e o Movimento Pró Moradia Sítio do Campo, em Praia Grande. Houve a oportunidade de atuar sobre diferentes situações de assentamentos: área portuária, cortiços, ocupações e favela. Destacou-se a relevância da formação dos servidores públicos e o envolvimento dos profissionais em conselhos municipais. Apontou a necessidade de políticas públicas estruturadas,

	<p>sendo necessária a criação de secretarias de habitação em todos os municípios. Na Baixada Santista, as cidades de Santos e Peruíbe não possuem secretarias específicas.</p> <p>O curso foi baseado na educação popular e na pedagogia Paulo Freire, com dinâmicas que incorporavam as comunidades, foi dividido em 4 módulos. O 1º módulo foi presencial e dedicado aos campos de atuação na Baixada Santista frente aos diferentes contextos de assentamentos precários. O módulo 2, online, foi uma introdução à Habitação de Interesse Social. O módulo 3 abordou os estudos aplicados em ATHIS e aconteceu de forma presencial, paralelamente ao módulo 2. O último módulo, o 4º, foi voltado às políticas públicas, financiamento e agentes da política habitacional de interesse social e levantamentos, cartilhas e projetos: consolidação dos produtos e sensibilização do poder público.</p> <p>O Curso contou com a colaboração de docentes especializados. Os residentes foram divididos em 5 grupos de trabalho. O contato com as populações locais permitiu o levantamento das comunidades e o diagnóstico das necessidades de cada um dos estudos de caso. Os trabalhos envolvem regularização fundiária, planejamento e organização das comunidades, além de projetos de drenagem. Como resultados obteve-se: o grupo que atuou na Vila do Criadores realizou um documentário sobre o direito de (r)existir. O grupo da Vila Margarido e México 70 formatou um curso de formação popular sobre inundações e alagamentos. O grupo que trabalhou na Comunidade Bela Vista deu continuidade ao trabalho que tem sido feito para regularização da posse da área pela comunidade, consolidaram a associação que vinha se formando e criaram uma logomarca, discutiram nomes de ruas com os moradores e desenvolveram um projeto de escada hidráulica. No grupo que trabalhou os cortiços, o principal resultado foi a identificação e mapeamentos dos imóveis vazios, fizeram ainda oficinas para escuta e desenvolveram um projeto com as mulheres dos cortiços. E o último grupo, foi o que trabalhou com Movimento Pró Moradia Sítio do Campo, cuja principal ação foi de fortalecimento comunitário e registro da memória da comunidade, entre outras ações que englobaram uma cartilha sobre incêndio e rotas de fuga.</p>
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	<p>Debatedora - Ângela Gordilho (UFBA)</p> <p>É uma satisfação ver 3 experiências em residência técnica, que não começaram do zero, nasceram de experiências das próprias instituições. A Lei Federal de 2008 foi fundamental para levar a assistência técnica para as universidades, uma vez que é necessário promover a formação.</p> <p>O nome Residência é um nome fantasia porque ainda não está regulamentada. A residência na Bahia surgiu como âncora, para que a universidade assumisse sua função social, de formar e ampliar a escala de profissionais associada ao Sistema Nacional de Habitação, chegando na escala do SUS, por exemplo.</p> <p>O momento que estamos vivendo é fundamental pelo envolvimento com a sociedade, as universidades, o CAU e as OSC, assim como, a presença de escritórios modelos e laboratórios de pesquisas.</p> <p>Na Bahia já foram trabalhados 30 territórios, mais de cem profissionais, docentes, ou seja, estamos preparando o caminho para a implantação de um programa nacional de habitação, constituindo uma cultura.</p> <p>Não posso deixar de pontuar os próximos passos: é necessário para ATHIS recursos próprios e independência para a atuação junto à população, sem os fatores políticos e burocráticos, criando um Fundo de ATHIS permanente com recursos de TACs, desastres ambientais e situações de crises ou outras fontes de recursos, dentro do Fundo de Habitação.</p>

<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes</p>	<p>- Renato Ressaltar a importância ou não de ter uma legislação local de ATHIS e a presença de recursos permanentes.</p> <p>- Chico Primeira questão, como está em Brasília a articulação entre Ministério da Educação e Congresso Nacional? E como foi enfrentado o desafio da produção habitacional nas experiências de residência realizada? E como está a situação dos canteiros públicos? ***</p> <p>Respostas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ângela Gordilho Diálogo difícil com os ministérios, o MEC está muito atrasado; A produtividade e a produção material está muito bem, é um sucesso. Nosso trabalho na universidade está vinculado à tecnologia social e a educação da comunidade. Esta parte tem progredido bem, mas para a inserção dos residentes na assessoria é necessário políticas públicas, que não estejam sujeitas às gestões, mas sejam Políticas de Estado. 2. Laís: em relação aos canteiros, este é o nosso grande gargalo. Nos nossos canteiros participa um pedagogo e um mestre de obra que educam a população. Os residentes estão participando de projetos de ATHIS, mas faltam os recursos para concretização das propostas. Câmara técnica no judiciário liderada por uma juíza que foi capacitada no curso fomentado pelo CAU/SP. 3. Luís: em relação ao Haiti, os desafios estavam na elaboração de um plano, em que houve resistência, inclusive com a reconstrução de moradias sem um planejamento mais amplo. 4. Celso: durante a gestão Haddad foram concebidos os escritórios técnicos e sua inserção às comunidades que necessitam. E destaco novamente a necessidade de rubricas e orçamento próprio. O Curso de extensão teve a participação de arquitetos e urbanistas (15), estudantes (7), servidores públicos da Prefeitura de Taboão (10), e agentes da comunidade. Muitas das experiências anteriores colaboraram para a experiência do Mackenzie, ou seja, é uma continuidade. 5. POD CAST Prefeitura Municipal de Chapecó. Não precisa de uma lei de ATHIS, mas sim o PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HIS.
<p>Considerações Finais</p>	<p>Participaram dos cursos de formação 60 técnicos, arquitetos e urbanistas, além de outros profissionais, agentes públicos e lideranças comunitárias, que participaram das 3 experiências. A melhor aplicação dos recursos do CAU/SP é a formação para ampliação da demanda. Os editais de Residência Técnica enfatizam o papel do Conselho de valorização da profissão.</p> <p>Destaca-se ainda que o CAU/BR aprovou a aplicação 3% para ATHIS e está aprovado no orçamento de 2024, do CAU/SP, 5% do recurso para a CATHIS. E no CAU/SP a CATHIS inicia como comissão ordinária, com direito a voz.</p> <p>Por fim, salienta-se que durante o evento ocorreu uma exposição no térreo da sede, mostrando as atividades das 3 propostas de Residência Técnica, projeções e resultados. Foram também organizadas pelo CAU/SP três visitas técnicas: a primeira à Favela Haiti; a segunda na Ocupação Anchieta, em Santos, e a última, é ao Núcleo Trianon, em Taboão da Serra.</p>
<p>Observações</p>	<p>A mesa começou com atraso de cerca de meia hora.</p>

São Paulo, 24 de novembro de 2023.



ANA LÚCIA CERÁVOLO
Conselheira titular CAU/SP
Coordenadora da CEF CAU/SP

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro - São Paulo.

Mesa nº e título	Mesa 3 – Experiências de ATHIS no território paulista	
Data:	24/11/2023	horário: 14:45 às
Mediação:	Tatiana Pimenta	
Relatoria:	Thais Borges	
Nº participantes:	Presencial:	Virtual:
Síntese das fala(s) de Abertura da mesa ou do evento	A mesa se iniciou com breve apresentação dos componentes. a importância da mesa se da enquanto luta da garantia de moradia de qualidade para a população de baixa renda, com a formulação de políticas públicas específicas.	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	Ana Carolina Alencar Nunes – Prefeitura de Franco da Rocha Tema: ATHIS em Franco da Rocha. A escassez de moradia não é um acaso e não acontece naturalmente. É necessário desnaturalizar o fato de as pessoas não terem moradia. Os comportamentos sociais não brotam como “cogumelos na natureza”. São construções sociais. Ainda que dentro do poder publico haja disposição de se fazer politica publica eficiente, a estrutura social ainda tenta não desnaturalizar a escassez de moradia. Franco da Rocha tem o menor índice da região metropolitana e enfrenta problemas urbanos como enchentes. Entre 92 e 94 houve um inicio de politicas habitacionais com criação de um conselho municipal de habitação e, em 2-12, criou-se órgão específico para cuidar de habitação de interesse social. Em 2022 criou-se a Secretaria de habitação.	

Proposta é diversificar o atendimento habitacional, com a reformulação de relacionamento com instituições.

Havia produção habitacional com pouca capacidade de atendimento. Por conta de desastres que vitimou 18 famílias, houve a proposta de criação de políticas de ampliação de atendimento às famílias de baixa renda.

ATHIS era visto como serviço social que levava um arquiteto e urbanista a fazer algum serviço de melhoria habitacional, visto como um apoio de um projeto urbano. Agora a prefeitura vê ATHIS como o centro de uma construção política que busca atender as famílias.

Os desafios:

- Desconhecimento das pessoas sobre o que é ATHIS. Muitas pessoas não entendem o que é e pensam ser assistencialismo como oferta de materiais de construção e não como política de proteção social.
- As fontes de recurso são escassez. Defende-se que o Estado deve estar muito presente na execução de ATHIS, porém, sem pensar em ATHIS sem a execução de melhorias, que beneficiem as famílias de forma efetiva. Isso é visto como fracasso por não conseguir executar as melhorias propostas em projeto
- Articulação entre assessorias e poder público

Aprovação da lei de ATHIS em março de 2022. Prioriza as questões de risco. Isso se torna um problema com Ministério Público que propõem a remoção de todos os moradores em áreas de risco, mesmo em locais onde não haveria a necessidade de remoção.

Houve um fórum de assistência técnica em 2023 para mitigação de risco, com fomento do CAUSP e parceria com o instituto SOMA e o corpo de bombeiros.

Com fomento do CAUBR está em andamento o atendimento das pessoas afetadas pela tragédia, com a construção de um muro em parcerias com empresas e execução em mutirão. ATHIS entra como parte das ações que a prefeitura tem executado, com execução de oficinas para as famílias para o mutirão.

Projeto de extensão com a UFABC que faz mapeamento afetivo da área para ATHIS.

Discussão de projetos de residência com o Mackenzie, urbanização de favelas com ATHIS no centro do projeto em 19 núcleos que busca transformar o jeito de se fazer urbanização na cidade.

<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	<p>Claudia Bastos Coelho – Prefeitura de Diadema</p> <p>Experiencia em Diadema esta relacionada com melhoria habitacional. Diadema esta na região metropolitana de São Paulo, possui 400mil hab. Com alta densidade demográfica. Grande porcentagem da população em favelas – 20% em núcleos habitacionais (favelas urbanizadas). Se destaca em urbanização de favelas e instrumentos de manutenção de posse.</p> <p>Eng´frenta problemas de densidade com verticalização</p> <p>Tem programa que visa melhoria habitacional (Programa Ta Bonito – 2005). Capacita moradores para atuarem nas melhorias.</p> <p>A escolha do núcleo inicial se deu pela participação popular e quantidade de unidades inacabadas. O programa teve 3 etapas, sendo a primeira com recursos do município, com melhoria habitacional com troca de janelas e reformas pontuais. A segunda etapa conta com recurso do FGTS e município, requalificando 45 unidades. A terceira etapa fez a substituição de unidade de madeira por unidades de alvenaria.</p> <p>A segunda etapa se destaca por ser feita em auto gestão, em parceria com o município e associação de moradores. A CEF foi o agente financeiro que liberou recursos. A mão de obra foi contratada localmente fornecendo materiais e facilitando a proximidade da população com os recursos e materiais. Os pagamentos eram realizados diretamente para a conta dos trabalhadores sem passar por associações. Em 2005 não havia lei de assistência técnica, porem era realizado com os servidores em parceria com os moradores e associações.</p> <p>Experiencia recente com recursos do PAC – representa o resultado do acumulo de melhorias habitacionais na cidade, privilegiando as melhorias que os moradores não conseguem fazer por conta própria, como questões estruturais (muros, etc). os lotes são maiores na localidade, permitindo ações mais efetivas em melhoria de ventilação com a abertura de janelas. Isso não é possível em vários locais devido a composição habitacional adensada.</p> <p>O projeto previa provisão habitacional e urbanização. São projetos simples, apresentados aos moradores e levados para a obra para execução.</p> <p>Os serviços que podem ser aplicados: melhoria de muro de arrimo, escada, infiltrações, substituição de cobertura, ampliação de pé direito.</p> <p>Programa Peça H houve volume de melhorias, porem com reformas pontuais de pequeno porte e, por isso, avalia-se que não foi tão efetivo.</p>
--	---

	<p>Há parceria coma FAUUSP em 2023 para promover estagiários de pós graduação para trabalhar em melhoria habitacional. O município contratou os estudantes do curso como bolsistas da pós graduação em melhorias habitacional, com cerca de 10 professores atuando entre FAU e outras instituições, 12 monitores, 2 técnicos do município. Serão 4 áreas definidas pelos critérios de facilidade de execução, duração de 1 ano.</p> <p>Projeto no Periferia Viva – estão tentando recursos para promover mais melhorias.</p> <p>Desafios para implantação de ATHIS pelo gestor:</p> <ul style="list-style-type: none"> • escala de demanda – projetos personalizados que exigem equipe grande para atuação com curto alto. • Oferta de atendimento universal de ATHIS – Diadema não tem lei especifica para ATHIS e o atendimento se da somente em perímetros específicos, não havendo atendimento estruturados pulverizado • Questões jurídicas com engessam atuação de tudo o que é novo, com a mudança de vários aspectos legais e jurídicos. • Dificuldade de adequação dos projetos ás normas técnicas municipais. não entra na logica edilícia e o técnico se responsabiliza por algo que esta fora de normas • Município tem poucas ações realizadas o que não permite que o município estabeleça uma politica assertiva, ficando apenas em adaptações de outros programas existentes. • Disputa de recursos públicos –direcionamento e convencimento para direcionar recursos do município para melhoria habitacional, uma vez que a maior parte dos recursos são destinados a provisão e não melhoria. • Há necessidade de recursos subsidiado para implementar melhoria habitacional que viabilizem a obra.
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	<p>Rogério Santana Maués – Prefeitura de Taboão da Serra</p> <p>Programa de ATHIS – Morar Melhor. Possui parceria com CAUSP e Makenzie</p> <p>População estimada de 273mil habitantes cidade mais densa do Brasil.</p> <p>Deficit habitacional qualitativo cerca de 12 mil domicílios.</p> <p>Politica é tratada para capacitar profissionais e lideranças, produção habitacional e melhorias, projetos arquitetônicos e complementares.</p> <p>Atendimento próximo aos beneficiários, com postos de atendimento (possui 2). O beneficiários pode voluntariamente buscar atendimento de melhoria de ATHIS.</p>

Dentro da estrutura há residência habitacional, com parceria com escritórios modelos e instituições de ensino.

Decreto municipal de 2022 regulamenta a lei de Athis no município.

Regularização, construção, desdobro. Faz apoio em projeto, orçamento, obra. Plano diretor de 2006 e em 2012 plano de habitação de interesse social. 2022 decreto de regulamenta ATHIS.

Atendimento individual – munícipe busca individualmente. A família preenche formulário no ATENDE. Acontece visita e, posteriormente, relatórios para elaboração de projetos. As famílias também são atendidas pelo CRAS, que encaminha aos programas ao identificar a necessidade das famílias. Com o programa de saúde da família, a ideia é que o acompanhamento possa elevar o alcance do programa no município.

Atendimento coletivo – atendimento a movimentos sociais (exemplo MCMV entidades).

Há famílias que estão no auxílio aluguel por estarem em situação de risco ou foram removidas. Essas famílias são prioridades no programa de ATHIS

Na primeira fase acontece a elaboração de relatório fotográfico para embasar propostas e selecionar famílias. Acontece dialogo para relacionar necessidades da família a ser atendida no programa.

Prefeitura possui equipe reduzida, mas já atendeu 76 processos (73 individuais e 3 coletivos) desde a criação da lei. A segunda fase (2023 e 2024) prevê até 2 pontos de atendimento. A terceira fase procura implementar as melhorias em 100 unidades habitacionais, em parcerias.

Envio ao PAC 3 propostas através do Periferia Viva para ampliar recursos de melhoria habitacional e ampliar quantidade de famílias a serem atendidas. Na terceira etapa busca-se ampliar apar 10 os polos de atendimento.

Proposta de melhoria e de construção de novas unidades. Se iniciara a construção de 500 unidades pelo MCMV entidades. Ainda mais 7 unidades pelo MCMV com Assessorias técnicas e movimentos.

As parcerias buscam ampliar a quantidade de unidades e famílias atendidas.

Criação de metodologia pedagógica profissionalizante para capacitar estudantes do EJA para melhorias habitacionais por meio da escola de construção que o município possui para atuarem no programa municipal.

Valor estimado de obras cerca de \$8 mil, dividido em profissional, obras, etc.

<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes</p>	<p>Chico: defesa de que a assistência técnica estivesse ligada com as melhorias habitacionais. Isso pode ser complementar, sendo que o projeto pode ser elaborado independente da execução. Problema quando a prefeitura é de posicionamento de direita, e não há interesse em implementar ATHIS. O programa de ATHIS precisa alimentar os anseios populares dos moradores de localidades “estranhas”. Tem vários jeitos de se fazer ATHIS.</p> <p>Antonio - Reunião com a secretaria de periferias cita a dificuldade dos recursos chegarem nas prefeituras e se mobilizar para ações de athis. Mesmo quando chega nas prefeituras, os recursos ficam barrados onde não há interesse que se aplicar os recursos disponíveis para athis. Entendimento é criar modelo mais parecido com os editais do CAU, direcionado aos movimentos sociais e assessorias técnicas, montando programa para mitigar conflitos jurídicos, como prestação de contas, possibilitando a aplicação de soluções específicas para cada localidade.</p> <p>Fernanda Simon – na pesquisa de mestrado estudou FNHIS destinado á assistência técnica. (recursos de 2%). O olhar da pesquisa busca identificar a aplicação dos recursos. O fundo deve ter destinação orçamentária, com prazos, etc. a conclusão é que apesar de ser um fundo de mobilização social se ornou tão burocrático que foi substituído por outros programas como PAC e MCMV. Pensar em como usar as ferramentas que já existem como apoio a programas que já estão criados nas prefeituras, como forma de recursos para melhoria habitacional</p> <p>Tati Pimenta - como se da a destinação de recursos parlamentares?</p> <p>Respostas</p> <p>Carol</p> <ul style="list-style-type: none"> • Devem haver vários modelos para situações diferentes • Deve haver programa conjunto de projeto e execução para criar relação de confiança com os moradores do território • Para os municípios há uma grande pressão judicial, por parte do ministério público, para desmobilizar politicas publicas em áreas de risco. O judiciário

que decidir qual o fim para os núcleos, vinculando as decisões de urbanização para relações judiciais e não técnicas.

- Dificuldade de se fazer execução orçamentaria em ATHIS com dificuldade de contratação de assessorias e formato de contratação que limita a participação de diversas empresas e assessorias.
- Em franco da Rocha não houve ATHIS com emendas parlamentares ainda.

Claudia

- Importante estar vinculado projeto e melhoria
- Na secretaria habitacional de Diadema há emenda parlamentar, mas não destinada a Athis. Os recursos são pequenos porque os parlamentares dividem em muitas localidades e há a dificuldade de contratação para uso da verba.

Nilson

- Emendas parlamentares – visão crítica, mas há a imposição de emendas que transfere o local de decisão de destinação de recursos para os parlamentares e não para o município, já que a emenda vem destinada com a expectativa de efetivação a curto prazo. Dai a dificuldade de uso desse recurso em medidas estruturantes que dificultam a execução a longo prazo. A contratação da VIVENDA vem por meio de emenda parlamentar de um mandato coletivo e progressista, com a necessidade de execução a curto prazo e possibilitando a viabilidade de implementação em ATHIS. Existe disputa desse recurso para as políticas estruturantes.
- O fundo municipal é a principal fonte de investimento, com mais de 10 milhões em caixa.
- E estruturação do programa periferia viva modificou a forma de aplicação de recursos, ampliando a visão de política por meio da secretaria as favelas.
- Houve grande trabalho de retomada das obras paradas do PAC.
- Periferia viva tenta trazer os recursos direto para as entidades e assessorias.]
- Em Taboão há elaboração de apenas projeto, sem execução. A prefeitura identifica famílias que poderiam custear as reformas com capacitação – capacidade de investimento das famílias.

	<ul style="list-style-type: none"> • Não há limitação de execução somente pela prefeitura. A execução também pode ser realizada em mutirão, com acompanhamento técnico e capacitação. •
Considerações Finais	<p>Tati Pimenta</p> <p>Agradecimento a todos</p> <p>Pensar em ATHIS como políticas de Estado, estruturada para atendimento das famílias.</p> <p>Fechamento: devemos desnaturalizar a falta de moradia</p> <p>Ampliar o olhar para além o atendimento individual, com olhar para o entorno, para solucionar problemas simples como insolação</p>
Observações	<p>Antes da finalização e início da próxima mesa, Cathe fara uma fala.</p>

São Paulo, 24 de novembro de 2023

Nome do Relator(a):

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro - São Paulo.

Mesa nº e título		
Data:	24/11/2023	horário: 16h25 às
Mediação:	Débora Sanches	
Relatoria:	Taissa Pinheiro	
Nº participantes:	Presencial:	Virtual:
Síntese das fala(as) de Abertura da mesa ou do evento	Apresentação, currículos e agradecimentos	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	<p>Fernando Matos Rodrigues – vamos assistir a um processo extremamente agressivo de gentrificação. Nesse contexto, o laboratório entra, com um trabalho de organização, dentro de um projeto de resistência. Somos uma cooperativa, que nunca teve financiamento de nenhum capitalista. São os alunos que pagam a escola. Havia equipe de antropologia e sociologia por 3,4 anos. Não tem visibilidade pública, no início. O Município lança um projeto de PPP, que era uma forma de entregar o projeto a um grande empreendedor especulativo. O retorno econômico do projeto era muito baixo, e conseguiram ganhar o concurso, através de uma candidatura pública. Esse concurso foi anulado, mas conseguimos segurá-lo outra vez. Os moradores fizeram todo o trabalho em conjunto com a equipe técnica. Uma das táticas do poder político estava alinhado com o poder imobiliário e inclusive houve destruição da estrutura do edifício, com a desculpa de estarem fazendo estudos, causando pânico nos moradores. O laboratório trabalha apenas com comunidades dentro do estaleiro: pq isso garante que ninguém saia do lugar e a comunidade conheça o projeto. Se não houver 100% de garantia que o plano</p>	

	<p>funciona, pode ser o maior inimigo da comunidade. Estamos falando de casas com 12 a 14 inquilinos. No porto não se fala nesse projeto. Cada casa custou 50 mil euros (o que é um preço muito baixo), com creche, centro de convívio. Essas comunidades têm renda de 300 euros por mês. É muito mais barato manter a comunidade onde estão, e quando a comunidade está envolvida os custos descem. Nesse caso, a comunidade já tinha passado por vários processos de remoção.</p>
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	<p>Antonio Cerejeira Fontes - CICS Nova_ Um – Encontramos um bairro, construído nos anos 50, nenhuma das casas tinha uma relação direta com o espaço, existia tráfico de drogas, desleixo, mau uso do espaço comum. O modelo que se pretendia trazer era que cada casa tivesse controle sobre ele – espaço exterior, que não é público. É preciso ver a arquitetura como uma ferramenta. Havia condomínios fechados, com casas de alto valor, ao lado. Gostaríamos que o espaço verde fosse compartilhado. O espaço verde era garantido e maximizem os espaços , com ventilação. Precisamos mudar a maneira como vivemos a arquitetura.</p>
<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes</p>	<p>Joel – Universidade do Sul da Bahia - Muitas vezes não conseguimos pensar na qualidade do projeto, pois há muita dificuldade para obtenção dos recursos. Avançar numa discussão como arquitetos ou urbanistas dessas melhorias habitacionais, sob o ponto de vista da qualidade e também processo e conteúdo.</p> <p>Celso Sampaio – temos tido uma oportunidade de troca muito grande. O CAU financiou levantamentos de edifícios ociosos no centro de São Paulo. O trabalho da Peabiru e FIO também faz trabalhos e com investimentos do MCMV podemos passar por investimentos de qualidade nas áreas centrais.</p>
<p>Considerações Finais</p>	<p>Tivemos a oportunidade de visitar esse conjunto, é impressionante a qualidade do projeto, da obra. É como se fosse uma locação social, a população paga uma parte da sua renda para morar nesse conjunto.</p>

Observações	

São Paulo, 24 de novembro de 2023

Nome do Relator(a):

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro - São Paulo.

Mesa nº e título	Mesa 1 Experiências de ATHIS com fomento do CAU/SP	
Data:	24/11/2023	horário: 17h00 às 19h00
Mediação:	Thais Borges	
Relatoria:	Vera Lucia Blat Migliorini	
Nº participantes:	Presencial:	Virtual:
Síntese das fala(s) de Abertura da mesa ou do evento	A conselheira Thais Borges deu início aos trabalhos da mesa de debates agradecendo a presença dos participantes e dos expositores representantes das OSCs, nomeando cada um deles e apresentando os projetos e instituições participantes. A seguir orientou os participantes sobre os andamentos dos trabalhos da mesa e passou a palavra aos expositores.	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	Assistência e Assessoria Técnica para o Enfrentamento de Situações de Risco no Quilombo Coração Valente em Jacareí – SP Suinã - Instituto Socioambiental Aline Costa, arquiteta e urbanista, mestre e doutora em planejamento Apresentou a situação geral do quilombo e o QR code para acesso ao site do projeto. O projeto conta com uma equipe jovem, de diversos locais, que iniciou os trabalhos durante a pandemia, num processo facilitado pelas interações online. Apresentou a localização e as lideranças do Quilombo, e as negociações junto à Prefeitura de Jacareí para compra da área necessária ao projeto de regularização.	

Apresentou uma caracterização geral do sítio e da situação das habitações, de característica rural-urbana, com plantio e criação de animais; a maioria de tapumes e madeira.

O edital permitiu a contratação de uma equipe multidisciplinar, das áreas de direito, engenharia ambiental, biologia, história, ciências sociais, entre outros. Além disso, o projeto contou com a participação de estudantes.

Apresentou o cronograma de atividades, que contou com oficinas participativas, como a Oficina do Futuro, cursos e dinâmicas para entendimento das demandas da população.

Ressaltou como a equipe foi bem recebida pela comunidade.

Foi feito um Caderno Diagnóstico, cujo exemplar impresso circulou entre participantes deste evento, composto por fichas, memorial descritivo, mapeamentos e outros levantamentos, como o planialtimétrico, fruto de uma iniciativa da própria comunidade, que permitiu o desenvolvimento de um anteprojeto urbanístico.

O projeto tem sido divulgado de outras formas, além das mídias sociais; foi apresentado em universidades e em fóruns de direitos humanos, dos quais os líderes da comunidade também têm participado ativamente.

A vivência multidisciplinar permitiu o conhecimento de realidades distintas, o trabalho contribuiu para a formação de profissionais, através de parcerias com instituições de ensino.

As principais dificuldades enfrentadas foram os conflitos internos da comunidade, ampla vulnerabilidade social e necessidade de lidar com questões de ordem psicológica, de impacto social.

A expositora encerrou a apresentação pontuando os próximos passos a serem dados para garantir a continuidade do processo.

Habitar Rural: Diagnóstico e prognóstico das Aldeias, Quilombos e Assentamentos no Sudoeste Paulista

Associação Escola da Cidade - Arquitetura e Urbanismo

Beatrice Perracini, arquiteta e urbanista formada pela Escola da Cidade iniciou com uma apresentação geral do projeto, as instituições e comunidades envolvidas, mostrando a localização de cada uma delas.

Lara Cristina Batista Freitas, arquiteta e urbanista, apresentou as metodologias utilizadas para o desenvolvimento dos trabalhos, que envolveu escutas e vivências com as comunidades, discussões e desenvolvimento das propostas.

As expositoras mostraram imagens das atividades desenvolvidas, os diagramas de desejos e sonhos da comunidade, da construção do biomapa da comunidade, que trouxe a importância da água, da produção de alimentos, entre outros, sob o ponto de vista da sustentabilidade e da Agenda 2030; e da produção do plano participativo.

Foram apresentados esquemas ilustrativos das propostas contidas no plano, para cada um dos territórios, que permitiu a visualização dos seus “sonhos”. Foi feito um levantamento por drone que permitiu o desenvolvimento de uma base para todas as comunidades.

As expositoras encerraram convidando a todos para acessarem mais detalhes sobre os trabalhos nos sites das organizações envolvidas.

Sapê: Práticas Multidisciplinares em Regularização Fundiária, um olhar acerca dos processos, práticas e formação de profissionais

Associação Ambiental Habitacional João de Barro - AAHJB

Aline Costa apresentou a localização do bairro no município de São José dos Campos, e o material produzido pela assessoria técnica sobre outras experiências, tais como livros e documentário.

Destacou a riqueza da cidade e o fato de ter recebido o título de Cidade Inteligente, realidade bem diferente de outras regiões mais pobres do estado, e a luta com a Prefeitura que tenta impedir esse tipo de assentamento no local, cercado por residenciais fechados.

Apresentou a via férrea como divisor físico do território, e os problemas decorrentes da construção de um receptor de esgoto cota acima da área em questão.

A ocupação informal foi decorrente de uma proposta de “loteamento” operada por um grileiro. Foi apresentado um pequeno histórico do processo de ocupação.

Reforçou que a legislação municipal permite a transformação da área em ZEIS.

Foi desenvolvido um censo no bairro além de uma parceria com a UNIVAP para caracterização ambiental da área, que envolveu diversas visitas técnicas, coletas de amostras de água e solo analisadas em laboratório. O trabalho permitiu o desenvolvimento de diversas atividades, tais como uma oficina sobre Água, a cartografia social do lugar elaborada pelos moradores, um estudo de viabilidade ambiental e uma cartilha distribuída na comunidade.

O diagnóstico de solo evidenciou a necessidade de fundações profundas nas habitações.

Foi feito um projeto de sinalização, com placas a serem colocadas no bairro, além de um relatório voltado à identidade cultural da comunidade.

Destacou o andamento de um processo junto ao Ministério Público visando à defesa da continuidade do projeto junto à Prefeitura Municipal.

A expositora finalizou apresentando a contribuição do termo de fomento para a formação profissional, as principais dificuldades e desafios enfrentados e algumas sugestões de como o CAU/SP poderia atuar para melhorar as ações em ATHIS.

Assessoria técnica à moradia agroecológica no Assentamento Prof. Luiz David Macedo – Apiaí

Instituto Técnico de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agroecologia “Laudenor de Souza”

Francisco, arquiteto, assessor técnico do Instituto, militante do MST, apresentou a localização de Apiaí, as características gerais da região, e a situação geral das habitações do PDS Prof. Luiz David Macedo. O assentamento, fruto de reforma agrária, surgiu da necessidade de proteger ambientalmente o sítio da fazenda, antes ocupada com uma criação de búfalos.

A área faz divisa com o Parque do Petard e apresenta, em grande parte dele, importante fragmento de Mata Atlântica.

As atividades envolveram trabalho de escritório e de campo para o desenvolvimento do diagnóstico – a partir das dimensões social, habitacional e de produção.

Francisco apresentou os profissionais e entidades envolvidos no projeto, as atividades de pesquisa e os resultados obtidos. O Diagnóstico Social permitiu evidenciar o “descompasso” entre as informações do INCRA e a situação atual da comunidade; ressaltou a importância da cozinha comunitária – o alimento como agregador das pessoas. Foram apresentados os trabalhos de mutirão para reforma/construção da cozinha comunitária, mediante uma oficina de madeira.

O expositor ressaltou como o fomento do CAU colaborou para os deslocamentos na área, muito vasta.

	<p>O Diagnóstico Habitacional foi desenvolvido a partir de oficinas de projeto participativo, ilustrado por meio de plantas e croquis, cujos resultados ilustraram as relações formais decorrentes da utilização da madeira.</p> <p>O diagnóstico acerca da produção evidenciou a distância entre a visão institucional dos governos sobre ATHIS e as necessidades reais da população.</p>
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	
<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes</p>	<p>Rose Vegas gostaria de saber se o material está disponível para acesso;</p> <p>A importância do envolvimento com a população e do olhar para as soluções locais, Antônio Couto, do CAU/BR, destaca que é importante refletir e debater com o Estado sobre o problema da falta de recursos para a construção e a dificuldade da manutenção da cadeia produtiva em ATHIS.</p> <p>Maurílio Chiaretti, Conselheiro do CAU/SP, destaca a importância de encarar a ATHIS como trabalho e de sensibilizar o governo sobre a importância da valorização do trabalho do arquiteto e urbanista, especialmente tendo em vista as práticas atuais de financiamento e destinação de recursos. É preciso desenvolver uma política vinculada ao território que garanta remuneração adequada.</p>
<p>Considerações Finais</p>	<p>Aline destaca a necessidade de uma revisão no atual modelo de trabalho das iniciativas voltadas à ATHIS.</p> <p>Francisco ressalta que só consegue participar das atividades por contar com bolsa de estudo e as dificuldades impostas pelos órgãos de financiamento da habitação.</p> <p>Rapidamente fez a leitura da introdução um manifesto que escreveu, dizendo que o encaminharia ao CAU/SP para captação de assinaturas.</p>

	Lara acrescenta que a questão do financiamento de projetos públicos também atinge outros setores, além da ATHIS, destaca a necessidade de profissionais dispostos a desenhar soluções para os desafios enfrentados e agradece ao CAU/SP pela oportunidade de debate sobre a questão.
Observações	Fernanda Simon, coordenadora da CATHIS, agradece a todos e convida para o lançamento do livro.

São Paulo, 24 de novembro de 2023

Nome do Relator(a): Vera Lucia Blat Migliorini

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro - São Paulo.

Mesa nº e título	Experiências de ATHIS com fomento do CAU-SP	
Data:	24/11/2023 (Sexta)	horário: 17h50 às 19h15
Mediação:	Débora Sanches (CATHIS-CAU/SP)	
Relatoria:	Mônica Antonia Viana (CPUAT-CAU/SP)	
Nº participantes:	Presencial: 12	Virtual: --
Síntese das fala(s) de Abertura da mesa ou do evento	Conselheira Débora Sanches da CATHIS-CAU/SP iniciou a mesa fazendo um agradecimento aos presentes, a relatora e os representantes das OSCs; depois fez a apresentação da dinâmica da mesa e passou a palavra aos representantes dos projetos para fazerem suas apresentações em até 15 minutos, que depois serão seguidas de um breve debate com os presentes.	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	1.Instituto de Referência Negra Peregum: Plano Popular Caminhos do Cafezal – Coletivo Mola; Representantes: Guilherme e Jennifer. Os representantes iniciaram pela apresentação da equipe multidisciplinar do projeto: 04 arquitetos(as); assistentes sociais, gestores ambientais, dentre outros; a ficha técnica do projeto: localizado no município de São Bernardo do Campo/SP, Cafezal, na região do Montanhão, com área 150 mil m ² , com 1856 famílias(?) que estão lá há 40 anos; Em Agosto de 2021 - Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR), um breve histórico após a notificação para retirada das famílias em nome do risco, que acarretou a mobilização da população, com a Manifestação “Montanhão Fica”, decorrente da proposta de retirada de 40 casas e o despejo dos moradores. Houve então, a articulação para o projeto do Plano (Coletivo Mola, MTST/MST, Labjuta e LabCris da UFABC). Apresentação do Plano Popular Caminhos do Cafezal com suas etapas; Mapa do Cafezal (recorte de atuação); Trabalho focado nos setores de risco, estudo de melhorias e do acesso, em paralelo a proposta de formação do núcleo de defesa civil; Processo de 9 meses com apresentação de algumas fotos ilustrativas; Levantamento Físico e socioeconômico (fotos); Ação geral: uma conversa por mês na última quarta-feira do mês; Realização de oficinas temáticas: Oficina – Habitação e Racismo (fotos); Oficina – Iniciativas populares	

para redução de riscos (fotos); Oficinas de Formação do Núcleo Comunitário de Defesa Civil (fotos); As Oficinas: abordaram como gerir os riscos; a última oficina foi realizada pela própria defesa civil; avaliou-se que as oficinas foram úteis, como as de leitura de território e diagnóstico de forma participativa (fotos); Análise: leituras territoriais para debate com os moradores; A partir dessas leituras chegar as possibilidades de intervenção, apontando diretrizes, tais como: garantir a segurança de todas as famílias da comunidade; assegurar a permanência das famílias; etc; temáticas de propostas, possibilidades de intervenção com as propostas. Destacou-se que o Plano Popular não é um produto acabado, mas sim o registro e a continuidade de um processo de formação; importante o aprendizado com o processo: o tempo das etapas: a mobilização e a formação se fazem no cotidiano; atividades formativas são essenciais para o processo para que seja de fato popular; as articulações acontecem como processo; avaliou-se que ter uma equipe técnica dedicada fortaleceu o trabalho da comissão de moradores; a remuneração de moradores da comunidade foi também essencial para aumentar a mobilização; foram oportunidades que surgiram no processo. Quanto a Disciplina UFABC: risco urbano, a interface e troca com a universidade foi essencial para o projeto; Prêmio Periferia Viva da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades (2023): mobilização e articulação com as famílias do Cafezal. Apresentação dos aprendizados com o processo: os atravessamentos.

O que vem por aí: Formalização do NEPDEC perante a defesa civil; reuniões temáticas com a comissão de moradores para debater encaminhamentos práticos a partir das propostas elaboradas; pode-se observar que o tempo do projeto do CAU é diferente do processo do plano com a comunidade.

E o CAU com isso? Sugestões: criar editais focados na continuidade dos projetos; facilitar a participação de jovens; pautar ATHIS nos municípios com objetivo de instigar a criação de programas municipais.

2. Polís - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais

Plano Popular – Projeto: Athis para combater a pobreza energética e efetivar o direito à moradia e à cidade. Representante: Bruna Lopes.

A representante fez uma breve apresentação sobre o que é o Polís: com foco de atuação na defesa do Direito à Cidade; fez referência aos três eixos de atuação, tendo foco principal no terceiro eixo: Mudanças Climáticas, com apresentação de algumas manchetes recentes; abordou a crise climática e a importância de pensar como combatê-la; fez o recorte em relação ao racismo ambiental; Reflexão: Energia para

quê? Mudança da fonte de energia limpa e renovável (transição), buscando promover uma mudança na matriz energética de uma forma justa e popular. O problema: 46% das famílias brasileiras tem metade ou mais das rendas comprometidas em gastos com conta de luz e gás de cozinha (pobreza energética);

Neste contexto, o projeto tem como objetivo falar de energia como um direito fundamental. Local: Mutirão Paulo Freire na Cidade Tiradentes em São Paulo (Protótipo) – são 5 torres: com 100 famílias diretamente beneficiadas. Fez a apresentação de um vídeo sobre tecnologia social voltado ao combate à pobreza energética frente as mudanças climáticas. Público Alvo: movimentos sociais de luta por moradia (MST – Leste 1): 4.343 famílias residentes em 22 conjuntos habitacionais. Projeto se divide em três grandes eixos: 1. Formação, capacitação e desenvolvimento local; 2. Produção de conhecimento; 3. Incidência política. A realização da Oficina Mão na massa: uma capacitação para instalação e manutenção das placas solares, com duração de 10 dias/60 horas, trazendo também a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho; o ciclo de oficinas participativas; a realização de curso com 4 módulos com a participação da Profa. Ermínia Maricato e outros especialistas; o Censo com entrevistas realizadas (69). Resultado: foram instaladas 38 placas no conjunto Paulo Freire com mudança significativa no valor pago na conta de luz, apresentado em gráfico, acarretando uma economia no bolso. Destacou que os moradores estão deixando de ser consumidores e passando a ser geradores de energia por um processo participativo que traz empoderamento da comunidade; esse projeto tem como possibilidade ser replicado, trazendo impactos positivos para a sociedade e também para os moradores.

3. Associação Amigos do Memorial da Classe Operária (AAMCO-UGT) / Maitá Athis.

Projeto: Replanejar com a Paisagem: qualificação urbana e ambiental sob a perspectiva da multidimensionalidade dos riscos nas Comunidades João Pessoa e Nazaré Paulista (Ribeirão Preto – SP) como suporte à Regularização Fundiária.

Representante: Renan Santos Gomez

Apresentação da Localização do projeto; da Composição da equipe multidisciplinar: arquitetura e urbanismo, assessoria jurídica, consultoria em saneamento, ciências sociais; direito, coordenação e administração financeira e design gráfico, para atuação em campo, elaboração de propostas e produtos; levantamento por RPA; gestão, prestação de contas e pagamentos; auxílio na atuação em campo e material gráfico para divulgação das atividades. Projeto contou com parceria com a Universidade Barão

de Mauá. Etapas de trabalho: reconhecimento do território (evento de abertura e Oficina 1); diagnóstico das necessidades ambientais, urbanísticas e sociais (Oficinas 2 e 3); desenvolvimento do projeto urbanístico e alternativas de propostas (Oficinas 4 e 5); encerramento (Caderno do projeto e divulgação dos resultados); Levantamento com uso de RPA: Abertura e Oficina 1 “Círculo de Cultura”; Oficina 02 – aplicação de formulário de situação de risco socioambiental (desenho dos lotes, entrevistas (69) e levantamento por quadra); Oficina 03 – Café com prosa (fotos); Oficina 04 – Conceito e partido (ponto 1: relação com o lixo, ponto 2: relação de afeto): transformar a aridez em encanto; Oficina 05 – Apresentação das propostas: Estudo Preliminar (fotos); Evento de encerramento com fotos e apresentação do projeto: trocando ideias do que fazer e os próximos passos: Replanejando Nazaré paulista e João Pessoa.

Como melhorar a atuação do CAU em ATHIS? Maior quantidade de recursos disponibilizados por edital; possibilidade de maior tempo de execução; periodicidade definida; sem quantidade mínima de arquitetos contratados; editais para execução dos projetos; tempo mínimo de 2 anos das OSCs para serem tomadoras dos recursos; CAU/SP atuando como força política para a incentivo a criação de legislações, políticas públicas de ATHIS e parcerias com as entidades que trabalham com ATHIS nos municípios e no estado; editais específicos de fomento para formação sobre produção urbana, ATHIS etc. voltados a gestores públicos.

4. Associação Veracidade/Maitá Athis) – Projeto: Habitar Sustentável com a OEBUS: Plano Popular Integrado das UH ao Sistema de Lazer à Mobilidade Urbana a partir do Sistema de Espaços Livres. Representante: Renan Santos Gomez

Em busca de um Bairro mais Verde: Habitar Sustentável com a OEBUS - São Carlos/SP. Apresentação da localização com fotos aéreas; histórico (2021/2022 – Projeto Casas em busca de sonhos), 2022/2023 (em busca de um bairro verde e em busca da regularização fundiária). Apresentação da equipe multidisciplinar: arquitetura e urbanismo, assessoria jurídica, ciências ambientais, mobilização local, coordenação administração financeira e design gráfico. Etapas do projeto: Levantamentos, Oficinas de Educação Ambiental e Dados de outros trabalhos; Cronograma: Abertura e Oficina 1 (discussão sobre a relação das comunidades com o próprio bairro); Levantamentos (jurídico, urbanístico e ambiental); Oficina 2 (resíduos sólidos), Oficina 3 (agricultura urbana) e Oficina 4 (incêndios) com fotos; Encerramento (apresentação dos resultados e solenidade de encerramento); Produtos: Plano Popular Integrado (análise das áreas públicas e equipamentos, acessos, hierarquia viária, transporte público); Propostas e

	<p>Conexões: projeto área de lazer (estudo dos fluxos e atratores; setorização, programa, acessibilidade e projeto); Sistema de Lazer OEBUS: Caderno síntese; Processo dos trabalhos com fotos: levantamentos e oficinas. Encerramento em 03/09 com apresentação dos resultados. Próximos passos: Finalização dos estudos para REURB-S; Projeto executivo das UHs; Execução das UHs; Projeto executivo das Áreas de Lazer; Execução dos Sistemas de Lazer Redes de serviço (energia, água, esgoto, coleta de resíduos sólidos); Finalização da REURB-S; Aprofundamento dos estudos e intervenções em escala de bairro e cidade de acordo com o PPI; Criação da associação de moradores; Fortalecimento da produção agrícola local; Cozinha Solidária e OEBUS como referência para a Zona Sul e para outras ocupações.</p> <p>Editais Melhores? Maior quantidade de recursos disponibilizados por edital; Possibilidade de maior tempo de execução; Periodicidade definida; Sem quantidade mínima de arquitetos contratados; Editais para execução dos projetos; Tempo mínimo de 2 anos das OSCs para serem tomadoras dos recursos; CAU/SP atuando como força política para a incentivo a criação de legislações, políticas públicas de ATHIS e parcerias com as entidades que trabalham com ATHIS nos municípios e no estado; e Editais específicos de fomento para formação sobre produção urbana, ATHIS etc. voltados a gestores públicos.</p>
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores</p>	<p>- Não houve debatedores na mesa.</p>
<p>Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes</p>	<p>Mônica A. Viana – CPUAT-CAU/SP: parabeniza todos os projetos apresentados. Faz referência da complementaridade dos temas e projetos de Athis ao evento realizado pela CPUAT na semana passada que debateu as Cidades em risco e a Agenda Urbana e Ambiental com foco nos desafios para atuação dos arquitetos e urbanistas. Da importância de olhar ATHIS de forma sistêmica, buscando a integração das políticas públicas no contexto não só das mudanças climáticas, mas também das mudanças sociais, de modos de vida e, em especial, econômicas. Destacou a importância de se retomar a interface entre saúde pública e arquitetura e urbanismo, para melhorar as condições de vida da população e das nossas cidades, contribuindo assim, para construção de cidades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes.</p> <p>Nilcio Regueira - Prefeitura de Taboão da Serra: parabeniza as apresentações e os projetos, pois ajudam a pensar nas intervenções no território, dando como exemplo o</p>

	<p>projeto do Cafezal de São Bernardo do Campo. Muito bom ver a retomada desse trabalho com jovens profissionais atuando lá nesta área. Destaca a importância de integrar esse tipo de intervenção com as disciplinas e com os alunos na universidade, buscando estabelecer trocas e aprendizados; É preciso pensar no adensamento desses conjuntos habitacionais, na gestão condominial, na gestão pós uso; a partir dessa reflexão, pensar numa ação mais efetiva; como a questão dos elevadores nesses conjuntos que deve ser melhor pensada. Buscar soluções baseadas na natureza (verde e azul), relata encontro com o secretário estadual que segundo ele é muito sensível a esse tema, muito parecido com o projeto apresentado pelo Renan de São Carlos, demonstrando a importância de projetos dessa natureza.</p>
Considerações Finais	<p>A Conselheira Débora Sanches agradece o trabalho e a apresentação de todos(as), enaltece o envolvimento dos profissionais neste processo, que deve ter continuidade, por ser um trabalho de muita fé, caracterizando o início e a continuidade dos projetos como instrumentos de luta para as comunidades para ter o direito ao lugar, à moradia. Quanto a auto-gestão condominial é importante discutir mais sobre esse tema. Vocês devem ocupar esse espaço no CAU.</p>
Observações	<p>Problemas com áudio do representante da Maitá que participou virtualmente.</p>

São Paulo, 24 de novembro de 2023.

Nome do Relator(a): Arq. Urb. Mônica Antonia Viana

Conselheira Titular: membro de CEF-CAU/SP e coordenadora da CPUAT-CAU/SP

FORMULÁRIO PARA RELATORIA DO EVENTO

III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS - CAU/SP

Data: 24 de novembro de 2023 (sexta-feira)

Local: Sede do CAU/SP na Rua Quinze de Novembro, 194 - Centro – São Paulo.

Mesa nº e título	03 – “Experiências de ATHIS com fomento do CAU/SP”	
Data:	24/11/2023	horário: 17:50h às 19:36h
Mediação:	Renata Coradin	
Relatoria:	Rayssa Cortez	
Nº participantes:	Presencial: 10 + 4 (expositores)	Virtual:
Síntese das fala(s) de Abertura da mesa ou do evento	Renata abre com a apresentação da dinâmica;	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	<p>AMBIENTE TRABALHOS: Assessoria técnica no fortalecimento da luta por moradia (...) (Adv. Juliana Avanci e Arqta. Paula Paschoal)</p> <ul style="list-style-type: none">- Histórico jurídico-fundiário da Ocupação Capitão Salomão – linha do tempo construída com as famílias;- Pela ACP/MPSP e a prisão da liderança, as famílias sofreram impactos na organização social;- A AT entra na elaboração do processo de usucapião, projetos de prevenção e mitigação de riscos (metodologia COMDEC) e ciclos para formação em melhorias construtivas (superar resistências às questões financeiras, luta por direitos, dentre outras);- Equipe multidisciplinar: arquitetos e urbanistas, advogada, engenheiros, assistente social;- Ao final, entregou-se um caderno para a liderança, com diagnóstico, levantamentos e um manual de boas práticas para todas as famílias;- Também, foi submetido um pedido de REURB. <p>Percepção finais: o projeto levou conhecimentos inéditos, do cotidiano das moradias, e também contribuiu na defesa dos moradores.</p>	
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	<p>MSTC/FIO: Plano Popular de REURB e gestão coletiva em edifícios ocupados (...) (Arqta. Elizabeth Othon)</p> <ul style="list-style-type: none">- Parte do processo de assessoria à consolidação da 9 de julho e outras ocupações do MSTC, com foco na segurança físico-jurídica;- A partir de 2018, trabalha-se a noção de melhoria para qualificação de segurança nas ocupas e, depois, PPPop e Edital CAU/SP para 30 AU;- Reações em defesa das famílias e lideranças do movimento para revisar paradigmas de abordagem da vida nas ocupas;- Processos para elaboração do conceito de serviço de moradia, com assessoria técnica e recursos dos moradores;	

	<ul style="list-style-type: none"> - GT de regularização de serviços de água e luz e articulações acadêmicas, entre movimentos e profissionais; - Neste plano de trabalho, a equipe também foi multiprofissional; - Elaboração de levantamentos como topográfico e nas unidades habitacionais, para verificação das densidades domiciliares, bem como consultoria de engenharia em melhores práticas hidráulicas e elétricas, além de discussões dos espaços comuns; - Por fim, foi construído um documento-síntese que sistematizou 5 eixos para a gestão comunitária (operacional, econômico-financeiro, social, jurídico-institucional e arquitetônico); <p>Percepções finais: É necessário ter o alinhamento político e reconhecer-se, também, que o tempo de contemplação do edital é curto para a atuação em ATHIS.</p>
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores</p>	<p>PEABIRU: Urbanização, regularização e mitigação de riscos: ATHIS como instrumento de luta (...) (Arqt. Nunes Reis)</p> <ul style="list-style-type: none"> - O trabalho se deu na APRM-Billings, na Ocupação Anchieta-Grajaú, onde há um conflito entre moradia e meio ambiente; - A área está ocupada há cerca de dez anos e as famílias se organizaram a partir da recente crise econômica nacional; - Apresenta média de perfil econômico é de menos de 1 salário mínimo e, socialmente, com 70% de famílias pretas (negras e pardas); - Contexto anterior ao Edital, de início do acompanhamento junto da Universidade de Michigan e oficinas com os moradores; - As famílias aprovaram um plano popular de parcelamento, com divisão de lotes e sistemas viários; - A AT também desenvolveu tipologias de ocupação do lote, com projetos de casa-embrião; - Foi combinado com recursos de outra fonte, no caso, a Inst. SELAVIP;
<p>Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores</p>	<p>PEABIRU: Assistência técnica (...) um olhar sob a perspectiva do patrimônio cultural em duas ocupações (Arqta. Barbara Damasceno)</p> <ul style="list-style-type: none"> - O ponto de partida do trabalho se deu por meio de técnicas retrospectivas, para combater a ideia do retrofit como única alternativa; - Foram trabalhadas as Ocupações São João 588 e Caetano Pinto; - A perspectiva de continuidade de assessorias anteriores permitiu o embasamento da elaboração das propostas com base nas técnicas de restauro, para criação de uma modelagem tanto de preservação dos edifícios, quanto de habitabilidade; - Foi elaborado um dossiê das maiores questões encontradas para a manutenção do patrimônio (precariedade ou ausência de esquadrias, instalações elétricas e hidráulicas precárias, patologias nas estruturas, impermeabilização e trincas em elementos arquitetônicos); - O edifício da Rua São João é tombado no COMPRESP e o da Rua Caetano Pinto não é, mas destaca-se como monumento arquitetônico e paisagístico; - Com diretrizes para o projeto a partir da realidade, foram elaborados projetos específicos; <p>Percepções finais: No caso da São João, encaminhar partidos de intervenção no “Programa Pode Entrar” com princípios de restauros, já, na Caetano Pinto, antes é</p>

	necessário elaborar um projeto de regularização fundiária e obter recursos para intervenção.
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos expositores	Usina: não compareceu
Nome, instituição e principais contribuições das falas dos debatedores	Renata encerra as falas dos projetos convidados e menciona a importância dos Editais de Fomento do CAU/SP. A mediadora inicia uma retomada das falas, com uma observação da atuação dos profissionais da primeira fala junto ao movimento e da abordagem multidisciplinaridade. Depois, menciona também a importância da produção de materiais didáticos, com formação para as famílias e até para os profissionais que já tem experiência em atuação de ATHIS, para a AT da segunda fala. E, em relação à terceira e quarta falas, reforça que a luta com as famílias, especialmente para a decisão de dimensionamento dos lotes de acordo com as necessidades do projeto urbanístico.
Debate: nome, instituição e principais perguntas e/ou contribuições dos participantes	Paula, Arqta. da Ambiente, retoma experiências passadas com outros territórios ocupados, em equipes sempre multidisciplinares, que consegue dar conta dos projetos e suas complexidades. Ela menciona que as metodologias, mesmo super trabalhadas e compartilhadas, não necessariamente cabem no tempo dos editais, em especial as de autogestão, e isso é importante de ser considerado – Não dá tempo de conhecer as dinâmicas de movimentos e famílias no tempo estipulado. Elizabeth, da FIO, responde que, apesar do trabalho junto ao MSTC, que já era acompanhado pela AT, a ocupação que foi trabalhada no presente edital era formada por novas famílias, que não tinham participado de dinâmicas anteriores e não tinham disponibilidades muito compatíveis para as atividades previstas. Essas novas dinâmicas incidiram na alteração do Plano de Trabalho e produtos finais, com a necessidade de negociação com o CAU, pra poder viabilizar o que era mais convenientes para as famílias. Renata faz uma pergunta para a Peabiru sobre o perfil de gênero da Ocupação Anchieta, sobre a quantidade de mulheres presentes na área. Raissa, Eng. Civil da Ambiente, pergunta para a Peabiru/Barbara qual o papel dos engenheiros na elaboração do projeto, se houve participação direta ou pontual e como ficou o produto final. Rosana, Arqta./Cons. do CAU/SC, pergunta sobre como é a participação dos entes públicos nos projetos que foram desenvolvidos, principalmente nos prédios que são de proprietários públicos.
Considerações Finais	Juliana começa a responder sobre a questão de referência para a construção com a população que é importante para os projetos, mas, em relação com entes públicos, reconhece a diferença da prefeitura para com ocupações que possuem movimentos organizados e as que não estão nessas condições – por ex., por meio da SEHAB, procurou-se a seleção de prédios prioritários para intervenção sem nenhuma participação das famílias ocupantes. Atualmente, a prefeitura tem atuado para desapropriações e devoluções à proprietários que descumprem a função social e não prevalece o direito das famílias. Além disso, Ministério Público e particulares também tem construído políticas de remoção sem diálogo com famílias, tanto que Juliana recordou o ofício com o CAU para cobrar o GAORP de definir estratégias de permanência e políticas públicas pelo Ente Municipal. Muito brevemente, Elizabeth pontua como é necessário ter mais momentos de troca como o presente. Nas suas últimas considerações, Nunes reforça que, sim, há maior presença de mulheres na ocupação e já aborda como a importância dos Editais terem duração em prazos mais longos, mas só foi possível a continuidade do trabalho da Peabiru com a busca de diversas fontes de financiamento. O arquiteto também reclama da ausência de

	<p>políticas públicas de ATHIS, não só na resistência, mas em grandes obras de urbanização onde precariedades permanecem mesmo após a intervenção do poder público. Ele menciona um processo de REURB e as articulações do movimento local com outros movimentos e emendas parlamentares. Por fim, Barbara tem um tempo <i>record</i> para responder as perguntas e inicia falando da importância dos projetos com outros profissionais, percepção que adquire a partir da prática profissional cotidiana. No caso do patrimônio, a equipe de engenharia civil viabiliza a análise mais precisa em relação às precariedades físicas/estruturais, de maneira muito importante para o argumento de defesa contra a remoção por risco. Sobre o poder público, na defesa do patrimônio, para aprovação de projeto foi necessário ter esse suporte de especialistas.</p>
Observações	Renata encerra e convida ao lançamento do livro

São Paulo, 24 de novembro de 2023

Nome do Relator(a):

Rayssa Saidel Cortez-

Relatoria Visita “Vivenciando ATHIS” – Favela do Haiti

Relatora: Conselheira suplente Juliana Santos (CATHIS)

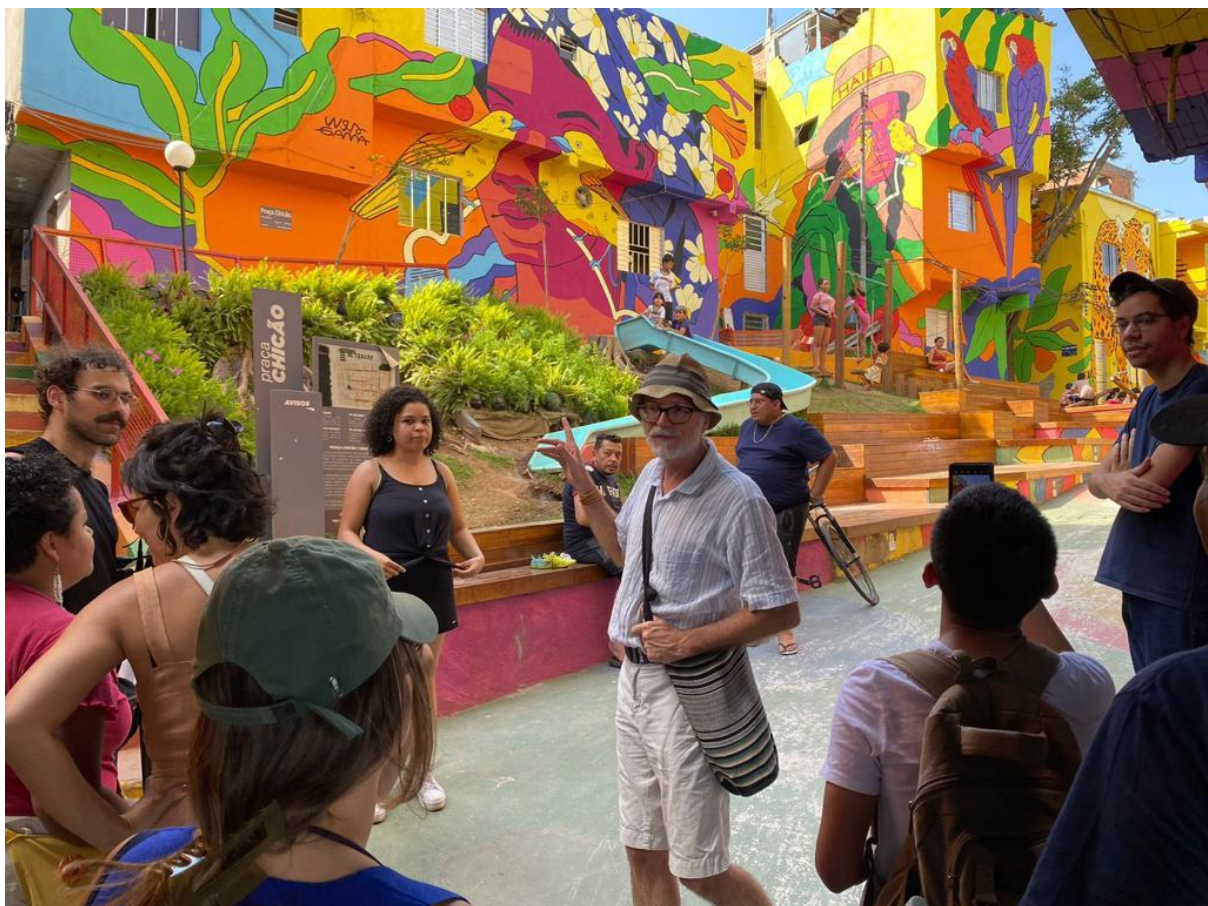
O III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS aconteceu no mês de Novembro de 2023, no dia 24, o encontro com convidados foi na Sede do CAUSP e as oficinas aconteceram nos dias 11, 18 e 25 nos três projetos fomentados pelo CAU/SP por meio de parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Instituições de Ensino Superior com o recorte nas denominadas “Residências Técnicas”.

No sábado 11/11, realizou-se a atividade em São Paulo, para conhecer a residência em ATHIS da pós graduação Habitação e Cidade coordenada pela Escola da Cidade na Favela do Haiti - Vila Prudente. A partir do encontro na sede do CAU/SP foi feito o trajeto via metrô, através da linha azul e trem com a linha turquesa, descendo em Tamanduateí e finalizando o trajeto a pé. No total, a atividade teve sete participantes de diferentes instituições.



A recepção foi realizada na Favela do Haiti, com a presença dos professores coordenadores do Programa de Residência em ATHIS Luiz Otavio e Ruben Otero,

uma das lideranças da favela, o Chicão e também alguns estudantes da residência. Foi apresentado o histórico da chegada da Escola da Cidade ao território e as ações realizadas no decorrer deste ano, os estudos socioespaciais, a relação com a comunidade, com os moradores, com outros agentes atuantes na Favela do Haiti e as propostas de intervenções urbanas desenvolvidas para o território pela residência. No processo de visita à favela conhecemos a Praça Chicão que recebeu um projeto de intervenção realizado em parceria com a Escola da Cidade x The Town x Prefeitura de São Paulo x Vozes da Periferia. Também visitamos a horta que foi implantada no linhão, que é uma área onde não é possível ter construções, essa horta é cuidada, cultivada e distribuída pelos moradores, hoje consumida apenas pela Favela do Haiti mas com planos de expansão para o bairro, está em solo com risco de contaminação, então foram desenvolvidos métodos para plantio elevado.





Houve ao final do Programa de Residência uma apresentação das propostas dos trabalhos desenvolvidos para intervenção na Escola da Cidade e no CAU/SP. Para maiores informações, edital do CAU/SP 05/2022, termo de fomento 017/2022, “Contra-Narrativas: Projeto de Orientação Popular e Capacitação Profissional para ATHIS em contextos urbanos consolidados na Favela do Haiti, no bairro da Vila Prudente”.

Relatoria Visita “Vivenciando ATHIS” – Baixada Santista

Relatora: Conselheira Renata Coradin (CATHIS)

Como atividade complementar ao **III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS**, no dia 19 de novembro de 2023 foi realizada visita à dois locais na Baixada Santista: Ocupação Anchieta e os cortiços da área central de Santos.

Essa atividade foi promovida pela Comissão de ATHIS do CAU/SP, a CATHIS, em parceria com a Comissão de Política Urbana, Ambiental e Territorial - CPUAT com o apoio da Organização da Sociedade Civil Instituto Procomum e da Assessoria Técnica ATHIS na Baixada, tendo dela participado 13 pessoas de diferentes instituições.

A primeira parte da visita aconteceu na Ocupação Anchieta, onde os participantes foram recebidos pelo Rogério, liderança local, que contou sobre os processos da Ocupação e sobre o movimento pela defesa do direito de permanecerem no local. Entre o grupo de profissionais que colabora com a Ocupação para manutenção dos espaços e disputas jurídicas, estão um arquiteto e uma advogada.

Após o almoço, foram feitas visitas aos cortiços da área central. A moradora Dona Sol acompanhou toda a visita e compartilhou com os participantes a vulnerabilidade e as incertezas das famílias que vivem, em precárias condições, nesses cortiços.

Como encerramento da visita, a arquiteta Daniela Flor, do ATHIS na Baixada, comentou um pouco sobre o contexto, os conflitos e as dificuldades das ações nos cortiços de Santos.

Mais informações sobre os projetos em andamento nesses locais podem ser encontradas no site do ATHIS na Baixada:

<https://www.athisnabaixada.com/c%C3%B3pia-plant%C3%B5es-athis;>

<https://www.athisnabaixada.com/>

Segue abaixo alguns registros da visita:

Obs: todas as fotos são de autoria do Antônio







Relatoria Visita “Vivenciando ATHIS” – Taboão da Serra

Relatora: Conselheira Débora Sanches (CATHIS)

O III CICLO DE DEBATES VIVENCIANDO ATHIS aconteceu no mês de Novembro de 2023, no dia 24, o encontro com convidados foi na Sede do CAU/SP e as oficinas aconteceram nos dias 11, 18 e 25 nos três projetos fomentados pelo CAU/SP por meio de parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Instituições de Ensino Superior com o recorte nas denominadas “Residências Técnicas”.

Visita a Taboão da Serra

No sábado 25/11, realizou-se a atividade em Taboão da Serra, para conhecer o Programa Morar Melhor e Programa de Residência em ATHIS coordenado pela FAU Mackenzie em parceria com a Prefeitura de Taboão da Serra. Foi disponibilizado transporte gratuito, com saída da sede do CAU/SP, participaram 14 pessoas de diferentes instituições.



A recepção foi realizada no CRAS, rua Rodrigues Alves, 29 - Vila Mafalda, com a assistente social Nalva, arquiteto e urbanista Diretor de Habitação Rogério, Secretário de Habitação Nilcio Regueira Dias e o prefeito Aprígio. Iniciou-se com apresentação dos fluxos do CRAS em relação ao cadastro das famílias no CAD Único e especificamente trazendo a relação socioeconômica, as condições de salubridade da moradia e a relação com a Saúde. Na sequência foi explicado a conexão com a Secretaria de Habitação e o Programa Morar Melhor e Programa de Residência em ATHIS da FAUMackenzie.





Na sequência, visitamos algumas ruas no território onde a Residência ATHIS foi realizada com os técnicos da prefeitura.

Ao final da visita, participamos do evento “Impulsiona Taboão”, uma ação social da Prefeitura que conta com diversos serviços e programas para a população, realizado na EMEF Machado de Assis.

Para maiores informações, edital do CAU/SP 06/2022, termo de fomento: 028/2022, nome do projeto: Residência em Arquitetura e Urbanismo: Assistência Técnica para habitação de interesse social - melhoria habitacional, regularização física e novas construções.